

MILLENNIUM

#10

Dezembro
2021

AGRO NEWS

EM ANÁLISE
Produção de Frutos
Frescos

OPINIÃO

Gonçalo Santos Andrade (Portugal Fresh)

Domingos dos Santos (FruitOeste)

Francisco Avillez (AGRO.GES)

NOTÍCIAS

Millennium bcp
no Lisbon Agri Conferences

Millennium

bcp Empresas

AQUI CONSIGO

Editorial

RECUPERAÇÃO E RESILIÊNCIA



A utilização recente, e quase recorrente, das expressões Recuperação e Resiliência faz-nos correr o risco de banalizar a força de ambas as figuras.

Esta ideia vem a propósito da fase que atravessamos, sobretudo neste final de ano que termina com vários cuidados e avisada precaução, onde a sua plena afirmação é tão requerida como exigida.

Ao longo destes dias, avançamos cautelosamente perante uma nova variante da pandemia que nos assola, vai quase para dois anos, enquanto vamos – igualmente – conhecendo os efeitos colaterais desde a sua instalação.

O tema a que dedicamos especial atenção nesta edição #10 são os frutos frescos, onde o *outlook* desenvolvido pela nossa parceira AGRO.GES e as opiniões de Domingos dos Santos (FrutOeste) e de Gonçalo Santos Andrade (Portugal Fresh) parecem deixar claros os avisos sobre a inquietante situação a curto prazo.

De acordo com a AGRO.GES, “as maiores preocupações na produção de frutos frescos estão associadas à grande turbulência no mercado dos fatores de produção, com particular destaque para os preços da energia e dos fertilizantes. Esta instabilidade poderá vir a ter impactos significativos no funcionamento dos mercados ao longo de 2022, com uma natural subida dos níveis médios dos preços de escoamento”.

De facto, esta pressão está instalada em toda a cadeia. São os preços da energia – sobretudo dos combustíveis – e as disrupções nas cadeias produtivas e logísticas globais a constituírem a face mais visível do problema.

Não sendo previsível a redução nos preços é, todavia, admissível considerar que algumas explorações agrícolas possam reduzir, reafectar ou abandonar as suas áreas de produção, alterando o equilíbrio entre a procura e a oferta ou, em alternativa,

mantendo a atividade, mas fazendo repercutir em alta esta realidade no preço que praticam.

Seja qual for a via, não será difícil de antever o impacto!

Nesta conjuntura de incerteza, temos eleições legislativas marcadas para o final de janeiro e, independentemente das soluções governativas que daí saírem, temos a particular expectativa em conhecer qual o modelo e a dinâmica que o próximo executivo reservará ao ministério da agricultura.

Este facto não deverá influenciar o processo de avaliação final das Agendas Mobilizadoras e das Agendas Verdes para a Inovação Empresarial do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR). Das 64 Agendas selecionadas há vários consórcios que integram agentes e empresas relacionadas com a atividade primária, onde se depositam boas expectativas.

Simultaneamente, o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para Portugal continua a fazer o seu percurso e, nesta edição, contamos também com uma valiosa análise do Prof. Francisco Avillez, para a qual recomendo leitura atenta.

Para concluir, deixamos uma nota de especial apreço sobre a realização – no Centro de Congressos de Lisboa – da 1ª edição do Lisbon Agri Conferences (LAC), juntando participantes empresariais, académicos, financeiros e institucionais, de toda a cadeia agroalimentar, para refletir oportunamente sobre o tema do agronegócio.

O Millennium bcp associou-se a esta excelente iniciativa que proporcionou muito boa reflexão, com intervenções de mérito, abordando os desafios e as oportunidades – globais e próximas – com particular incidência na prioridade da sustentabilidade e na abordagem às alterações climáticas.

A organização promete voltar em 2023, com a 2ª edição do LAC. E nós queremos acompanhar. A todos os leitores desejamos Boas Festas e um bom ano de 2022.

João Nuno Palma

Vice-Presidente da Comissão Executiva

Em análise

PRODUÇÃO DE FRUTOS FRESCOS

A grande turbulência no mercado dos fatores de produção (sobretudo nos preços da energia e dos fertilizantes) coloca uma grande pressão na produção de frutos frescos. Com o objetivo de auxiliar o empresário e o investidor com informação mais precisa e fiável sobre o ponto de situação atual, e procurando também retratar o respetivo nível estimado de risco, solicitámos à AGRO.GES a elaboração de um exame sobre esta realidade.



1. SÍNTESE DE 2020 EM PORTUGAL

Frutos frescos	Pera	Maçã
44.494 ha (1,1% da SAU)	11.325 ha	14.313 ha
508,5 mil t de produção	131 mil t de produção	286 mil t de produção
133,5 M € de exportações	0,77 €/kg* preço médio	0,68 €/kg* preço médio
174,7 mil t exportadas	82,2 M € de exportações	40,8 M € de exportações
0,76 €/kg preço médio de exportação	95,5 mil t exportadas	68,2 mil t exportadas
133,6 M € de importações	0,86 €/kg preço médio de exportação	0,60 €/kg preço médio de exportação
171,6 mil t importadas	12,8 M € de importações	33,6 M € de importações
0,78 €/kg preço médio de importação	33,9 mil t importadas	49 mil t importadas
	0,38 €/kg preço médio de importação	0,69 €/kg preço médio de importação

Pêssego

3.795 ha

34,7 mil t
de produção

1,01 €/kg*
preço médio

2,7 M €
de exportações

2,9 mil t
exportadas

0,92 €/kg
preço médio
de exportação

20,7 M €
de importações

24,8 mil t
importadas

0,83 €/kg
preço médio
de importação

Cereja

6.387 ha

9,2 mil t
de produção

1,88 €/kg*
preço médio

1,5 M €
de exportações

1,1 mil t
exportadas

1,46 €/kg
preço médio
de exportação

11,5 M €
de importações

2,2 mil t
importadas

5,32 €/kg
preço médio
de importação

Ameixa

1.834 ha

19,1 mil t
de produção

1,04 €/kg*
preço médio

6,3 M €
de exportações

6,9 mil t
exportadas

0,90 €/kg
preço médio
de exportação

7,7 M €
de importações

22,6 mil t
importadas

0,34 €/kg
preço médio
de importação

* Fonte: SIMA

Figo

3.811 ha

4,4 mil t
de produção

1,59 €/kg*
preço médio

50 mil €
de exportações

29,3 t
exportadas

1,72 €/kg
preço médio
de exportação

47 M €
de importações

63,9 mil t
importadas

0,74 €/kg
preço médio
de importação

Romã

682 ha

6,9 mil t
de produção

1,71 €/kg*
preço médio

N.D.
exportações
e importações

6.415

empresas de pomóideas e
prunóideas (44%) e de outros frutos
em árvores e arbustos, excl. frutos
de casca rija (56%).

50

organizações de produtores
certificadas em frutas e produtos
hortícolas, sendo 23 destas
especializadas em frutos frescos.

396 M €

volume de negócios das empresas
de pomóideas e prunóideas (41%)
e de outros frutos em árvores
e arbustos, excl. frutos de casca
rija (59%).

Não existem quaisquer incentivos
diretos à produção de frutos frescos.

* Fonte: SIMA

2. PRODUÇÃO DE FRUTOS FRESCOS

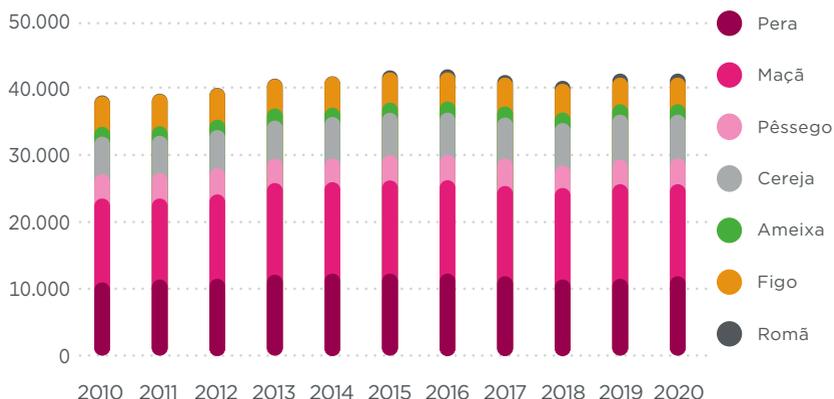
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES NACIONAIS



Em Portugal, ao longo dos últimos dez anos, a área de frutos frescos cresceu, em média, à taxa de 1,0% ao ano.

Área de frutos frescos em Portugal, por tipo de cultura

(ha)



Entre 2010 e 2020, a área de frutos frescos registou um crescimento de 11%, devido, principalmente, aos crescimentos observados nas culturas da maçã, cereja, ameixa e romã, sendo que apenas o figo verificou uma tendência de decréscimo. De realçar a diminuição de área quando se tem em conta o período 2000-2020, com uma redução de 22%, onde as únicas culturas que evoluíram positivamente relativamente à sua área foram a cereja, ameixa e romã.



Quanto à importância das regiões, conclui-se que, em 2020, o Ribatejo e Oeste era a região agrícola com maior importância, representando 37% da área de produção de frutos frescos, seguindo-se Trás-os-Montes, com 22%, e Beira Interior, com 18%. O crescimento no período 2010-2020 ocorreu, principalmente, devido ao incremento da Beira Interior (+1.949 ha), Trás-os-Montes (+1.775 ha) e Alentejo (+1.042 ha).

Produção de frutos frescos em Portugal, por tipo de cultura

(t)



As produtividades dos frutos frescos têm apresentado uma progressão muito significativa em Portugal em todos os casos aqui considerados, à exceção da cereja. A romã e o figo foram as culturas que verificaram o maior crescimento relativo, tendo a romã aumentado para mais do dobro da produtividade por hectare. De realçar que, apesar das tendências de crescimento das restantes culturas, observa-se uma clara alternância da produção no caso das pomóideas e prunóideas.

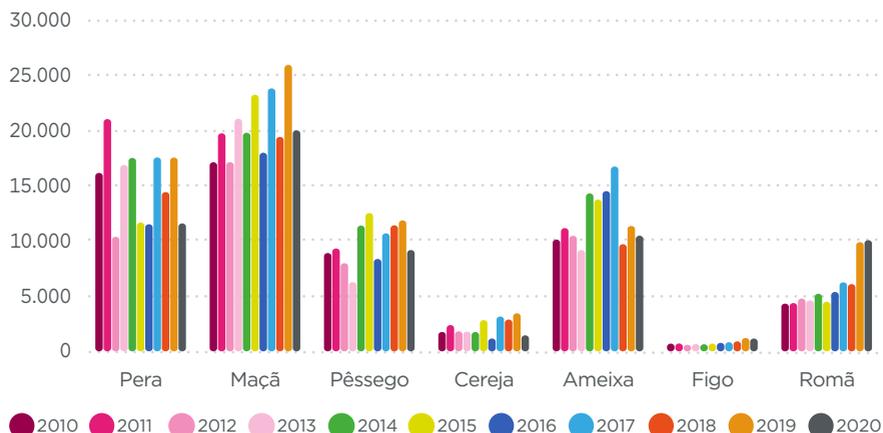
O crescimento da produtividade média na última década fica a dever-se à adoção de novas tecnologias e à intensificação e profissionalização do setor nas diversas culturas. Ao comparar as produtividades médias das décadas de 2000-2010 e 2010-2020, observa-se um crescimento em todas as culturas, à exceção da cereja, destacando-se as evoluções das produtividades da romã e figo. O decréscimo das produtividades da cereja pode ser justificado pelos problemas fitossanitários e meteorológicos que se têm verificado.

O volume de produção dos frutos frescos tem acompanhado a tendência de aumento das áreas destes, sendo, no entanto, mais acentuado, como seria de esperar, tendo em conta que as produtividades tiveram

incrementos muito significativos. No caso da cereja, apesar do aumento de área, observou-se uma redução da produção.

Estes valores resultam do crescimento médio anual nacional de 2,7%/ano em termos gerais para os frutos frescos, no período 2010-2020 (+10%). Relativamente ao período 2000-2020, de realçar que, apesar da significativa redução de área, observou-se um aumento da produção média na pera, maçã, ameixa e figo, comparando as décadas de 2000-2010 e 2010-2020, devido aos aumentos da produtividade destas culturas.

Produtividade de frutos frescos em Portugal, por tipo de cultura (t/ha)



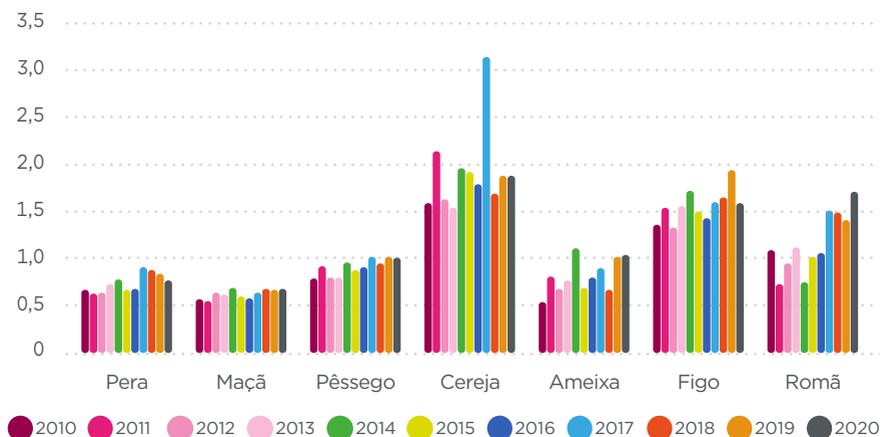
O preço médio da pera foi de 0,75 €/kg, da maçã 0,63 €/kg, do pêssego 0,92 €/kg, da cereja 1,92 €/kg, da ameixa 0,82 €/kg, do figo 1,56 €/kg e da romã 1,17€/kg. A romã atingiu o seu máximo, da última década, em 2020 (1,71 €/kg), estando a crescer desde 2010, enquanto a maçã (0,69 €/kg) e a ameixa (1,11 €/kg) observaram o preço máximo em 2014, a pera (0,91 €/kg), pêssego (1,02 €/kg) e cereja (3,14 €/kg) em 2017 e o figo (1,94 €/kg) em 2019.

De realçar que todos os preços têm vindo a crescer.



Evolução do preço dos frutos frescos em Portugal

(€/kg)

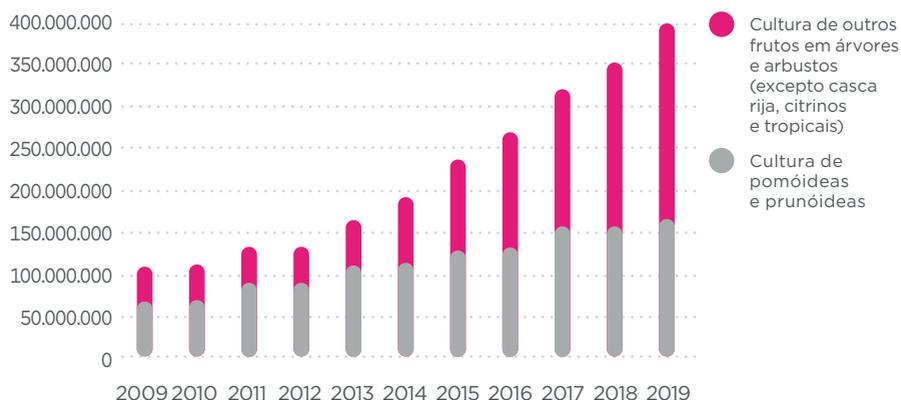


O volume de negócios total associado à produção de frutos frescos (pomóideas, prunóideas e outros frutos que não de casca rija, citrinos e tropicais) tem evoluído de forma positiva, tendo atingido um máximo absoluto no ano 2019 – 396 milhões de euros.

Esta evolução favorável reflete a conjugação do aumento das produtividades e, conseqüentemente, dos volumes produzidos conjugados com subidas de preços.

Evolução do volume de negócios dos frutos frescos

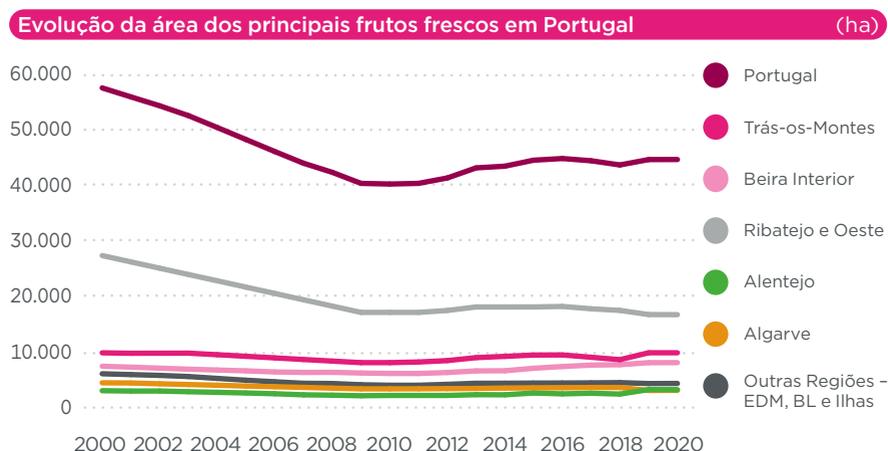
(€)



3. PRODUÇÃO DE FRUTOS FRESCOS

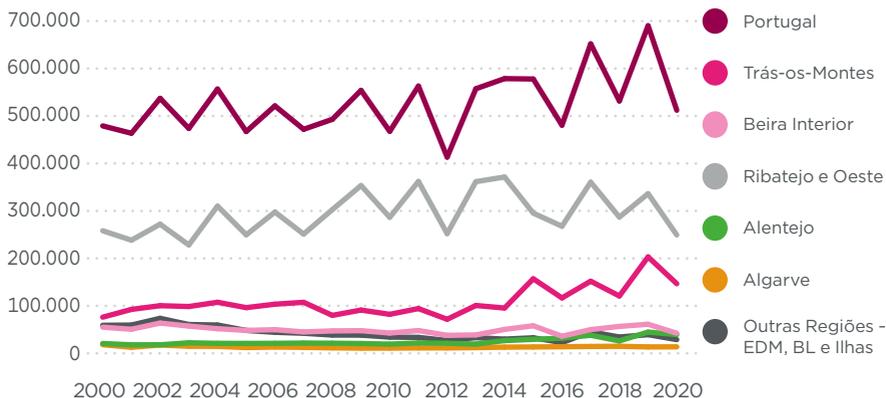
EVOLUÇÃO DOS PRINCIPAIS INDICADORES POR REGIÕES

Através dos gráficos, podemos verificar que tanto a área como a produção de frutos frescos têm maior destaque nas regiões do Ribatejo e Oeste e de Trás-os-Montes. Em termos de superfície, sofreu uma redução significativa entre 2000 e 2010, tendo vindo a recuperar desde então, com um ritmo bastante mais lento do que o verificado na queda.



Relativamente à produção, tem sofrido algumas oscilações, apesar de um aumento em termos gerais, observando-se um claro efeito da alternância.

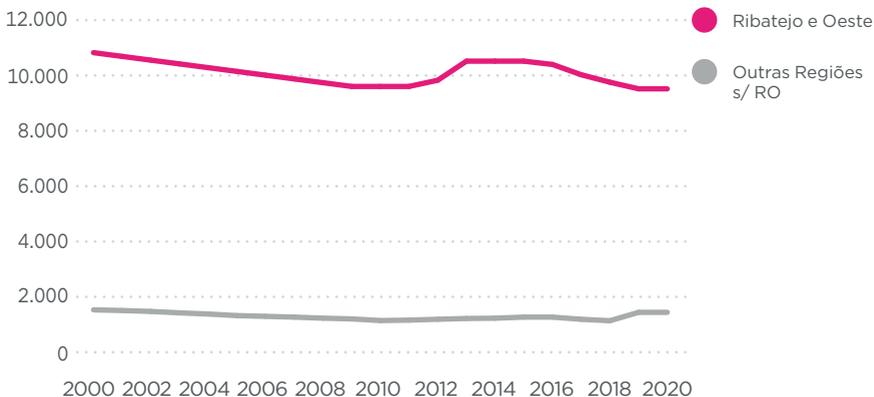
Evolução da produção dos principais frutos frescos em Portugal (t)



3.1. Pera

A cultura da pera tem 85% da sua área e 88% da sua produção no Ribatejo e Oeste, tendo sofrido, nesta região, uma redução de área entre 2000 e 2012 (-995 ha), com um posterior aumento em 2013 (+689 ha), mantendo-se estável até 2015, onde observou uma nova redução desde então (-999 ha).

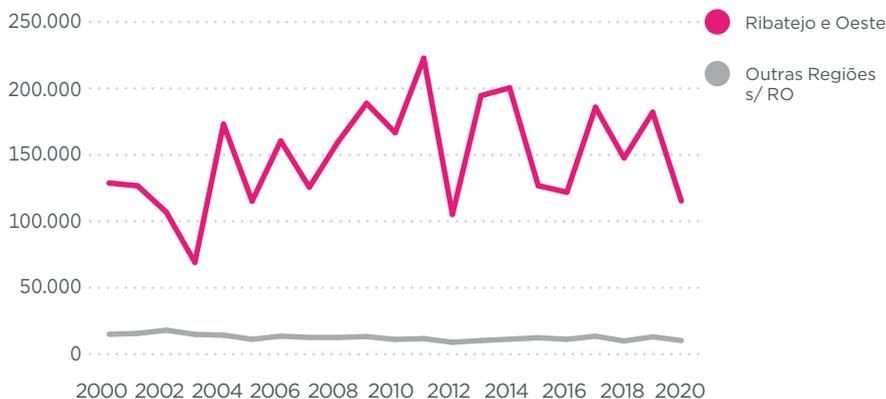
Evolução da área de pera em Portugal (ha)



Em termos de volume de produção, observou-se uma oscilação anual, consequência clara da alternância, mas com um crescimento em termos médios, aumentando em 16% a média da década 2010-2020, comparativamente à década de 2000-2010.

Evolução da produção de pera em Portugal

(t)



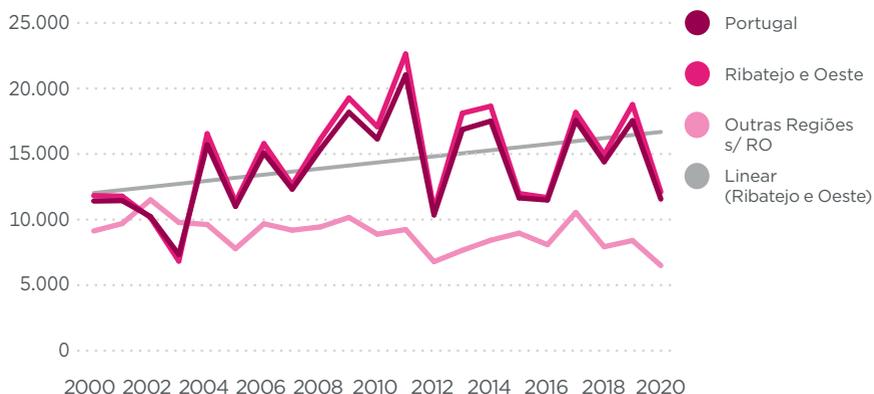
Ao traçar a linha de tendência relativamente à curva da produtividade, na região do Ribatejo e Oeste observa-se claramente um crescimento apesar da redução de área ao longo do período.

Tal como seria de esperar, uma vez que a região do Ribatejo e Oeste representa quase 90% da produção nacional de pera, a produtividade média nacional, quando comparando os valores médios das duas décadas, observou um crescimento do seu valor, resultante somente do aumento da região do Ribatejo e Oeste (+17%), uma vez que o conjunto das restantes regiões registou um decréscimo (-13%). Analisando o gráfico relativo às produtividades de pera em Portugal, é perceptível que a produtividade média nacional é completamente dependente da produtividade da região do Ribatejo e Oeste, sendo ligeiramente inferior a esta.



Evolução da produtividade de pera em Portugal

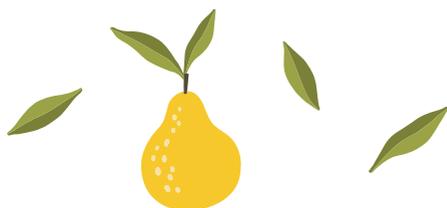
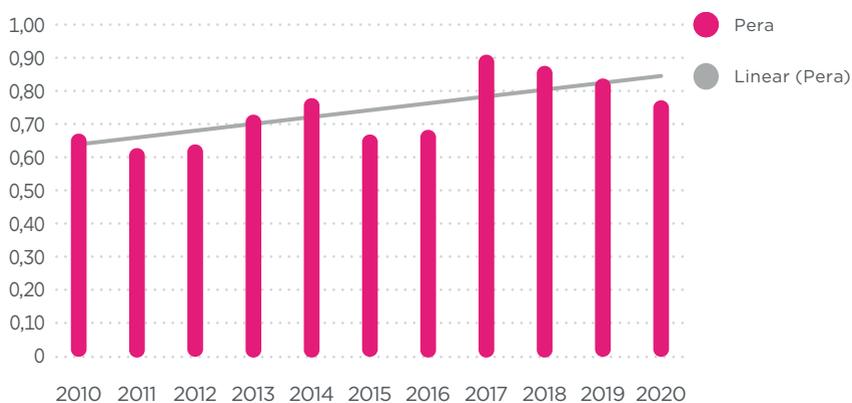
(t/ha)



O preço da pera atingiu o seu máximo em 2017, com uma média de 0,91 €/kg, tendo vindo a observar uma tendência crescente ao longo do período 2000-2020, apesar das oscilações anuais que regista.

Evolução do preço da pera em Portugal

(€/kg)



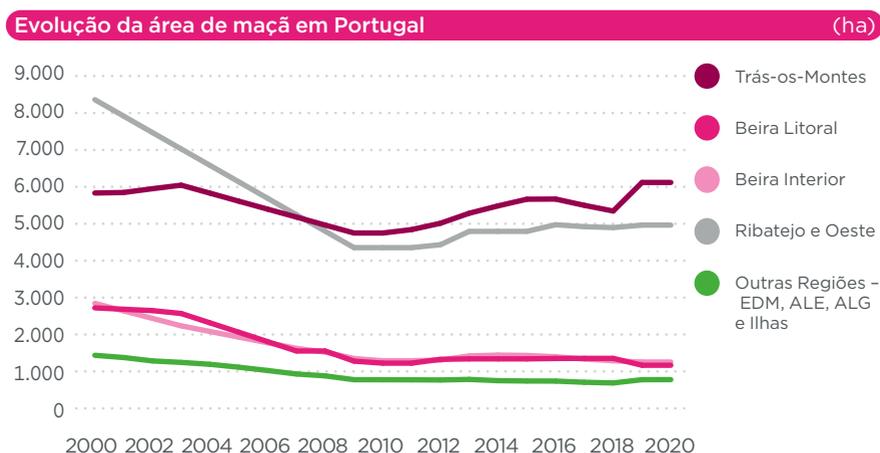
3.2. Maçã

Relativamente à maçã, as principais regiões de produção eram, em 2020, Trás-os-Montes, Ribatejo e Oeste, Beira Litoral e Beira Interior, que em conjunto representavam 90% da área de produção e 97% do volume de produção.

Ao longo destas duas últimas décadas, o Ribatejo e Oeste sofreu uma acentuada redução de área de, aproximadamente, 50%, entre 2000 e 2009.

Este acentuado decréscimo levou a que Trás-os-Montes, que cresceu a sua área de produção em 5% ao longo deste período, passasse de segunda região mais importante no início do período para a região mais importante, em 2020, com 42% da área de macieiras.

As restantes regiões com alguma importância sofreram uma redução relativa semelhante à verificada no Ribatejo e Oeste.



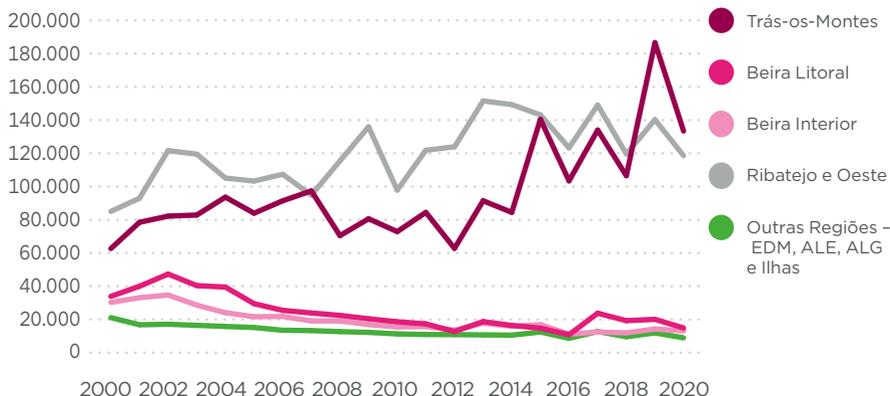
Quanto ao volume de produção, tal como acontece com a cultura da pera, observa-se um evidente efeito da alternância, apesar de menos acentuado e sobretudo a partir do meio do período.

O Ribatejo e Oeste manteve a sua importância em termos produtivos até 2019, ano em que foi ultrapassado por Trás-os-Montes, apesar de ter reduzido significativamente a sua área. Ao longo do período, o volume de produção aumentou, o que demonstra a clara intensificação do setor na região, com a consequente melhoria de produtividade.

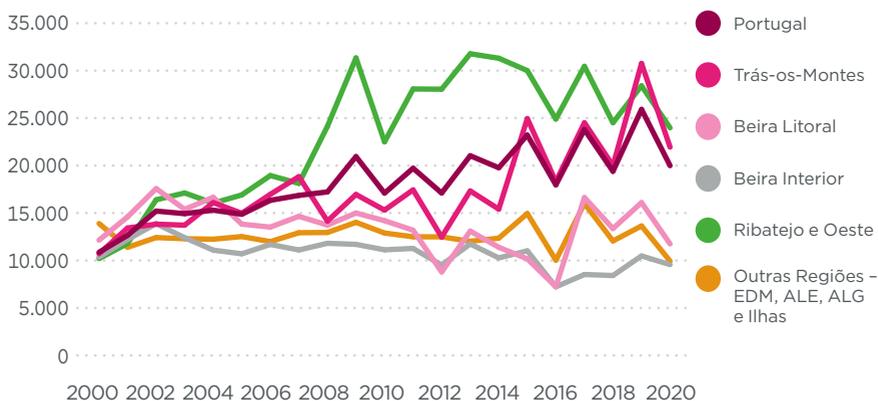
Tal como aconteceu com a região do Ribatejo e Oeste, Trás-os-Montes também verificou um crescimento significativo da sua produção, consequência do ligeiro aumento da área e do incremento da produtividade, esta última pelos mesmos motivos que no Ribatejo e Oeste.

As restantes regiões sofreram um ligeiro aumento do volume de produção ao longo do período, apesar da redução da área.

Evolução da produção de maçã em Portugal (t)



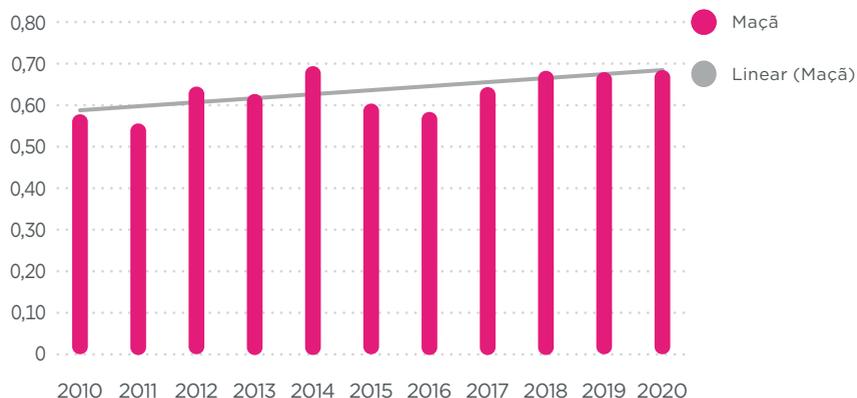
Evolução da produtividade de maçã em Portugal (t/ha)



O preço da maçã atingiu o seu máximo em 2014 com uma média de 0,69 €/kg, tendo vindo a observar uma tendência crescente ao longo do período 2000-2020, apesar das oscilações anuais, tal como acontece com a pera.

Evolução do preço da maçã em Portugal

(€/kg)



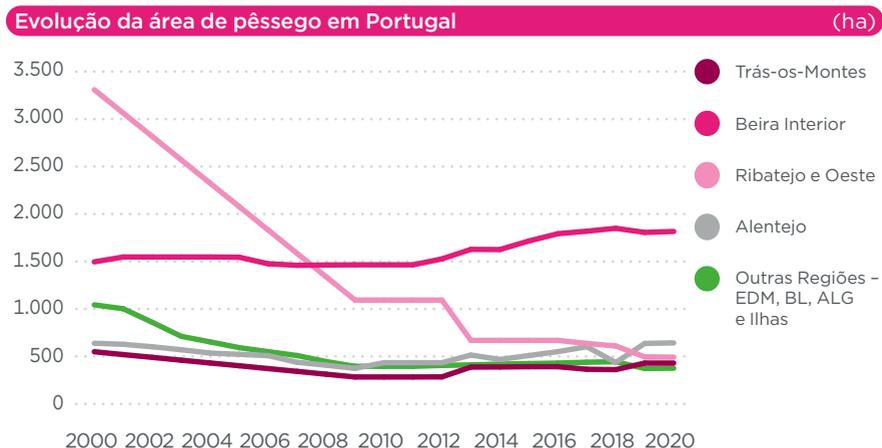
3.3. Pêssego

No caso do pêssego, as regiões mais importantes são a Beira Interior, o Alentejo, Ribatejo e Oeste e Beira Litoral, que em conjunto representam 90% da área e volume de produção.

No início do período 2000-2020, o Ribatejo e Oeste, tal como aconteceu com a cultura da maçã, era a região de maior importância, tendo sofrido, entretanto, duas reduções abruptas de área, uma entre 2000 e 2009 (-67%) e outra em 2013 (-38,5%, relativamente a 2012), sendo hoje a terceira região em termos de área de produção de pêssegos, acumulando um decréscimo, ao longo do período, de 85%.

Por outro lado, a Beira Interior, atualmente a região mais importante na produção de pêssegos, sofreu um aumento de área de produção, com um crescimento de 21%.

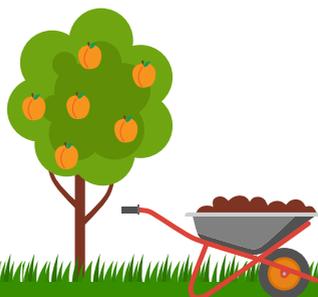
As restantes regiões, com menos importância, à exceção do Alentejo que se manteve constante, reduziram as suas áreas de produção, destacando o Algarve, com uma redução de 362 ha (-67%).



Relativamente ao volume de produção, observou-se uma alternância anual e também uma redução de produção em todas as regiões, excetuando o Alentejo, comparando 2000 com 2020.

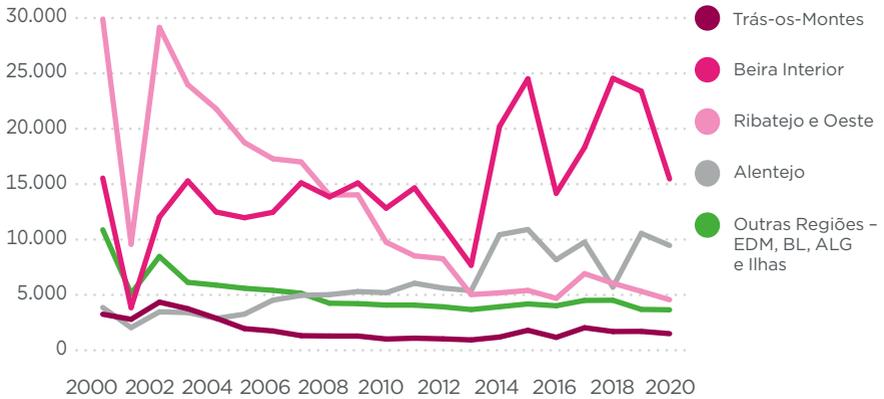
A tendência do Alentejo demonstra uma clara profissionalização nesta região, com um aumento de 150% da sua produção (+98% quando comparando a média de produção da primeira e da segunda década), mantendo a área, ou seja, tudo consequência de aumentos de produtividade. Esta profissionalização do setor no Alentejo levou ao destaque da região na produtividade nacional, sendo hoje uma região de produtividades bastantes acima das restantes regiões e da média nacional.

A Beira Interior, apesar de aumentar a área, observou uma ligeira redução de produção comparando os valores anuais. No entanto, olhando para as médias das duas décadas, registou um aumento de 33% entre a primeira e a segunda, o que indica que, além do crescimento da área, observa-se também a influência dos aumentos de produtividade.



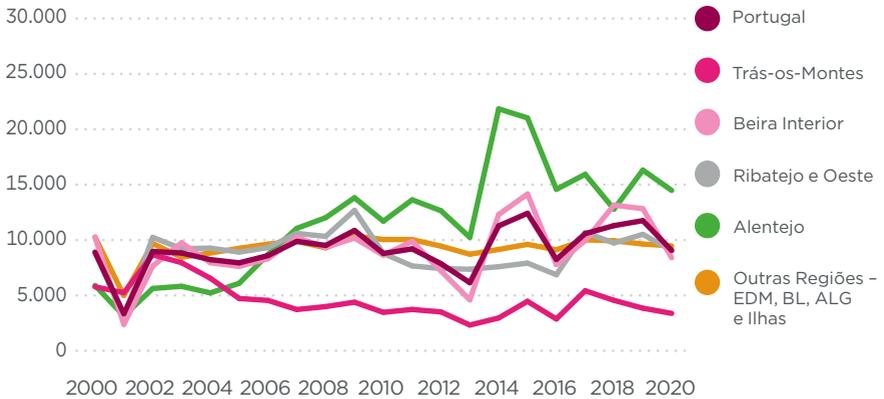
Evolução da produção de pêsego em Portugal

(t)



Evolução da produtividade de pêsego em Portugal

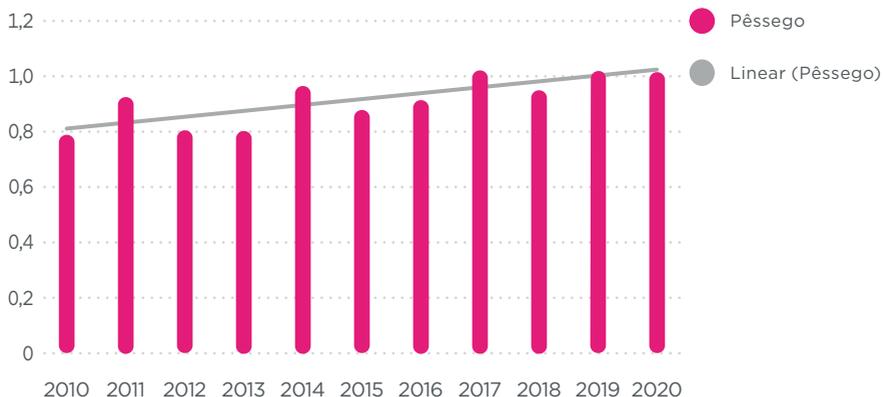
(t/ha)



O preço do pêssigo atingiu o seu máximo em 2017, tal como a pera, com uma média de 1,02 €/kg, tendo vindo a apresentar uma tendência crescente ao longo do período 2000-2020, apesar das oscilações anuais.

Evolução do preço da pêssigo em Portugal

(€/kg)



3.4. Cereja

A cereja tinha como principais regiões de produção, em 2020, a Beira Interior, Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho, que em conjunto representavam 96% da área de produção e 98% do volume de produção.

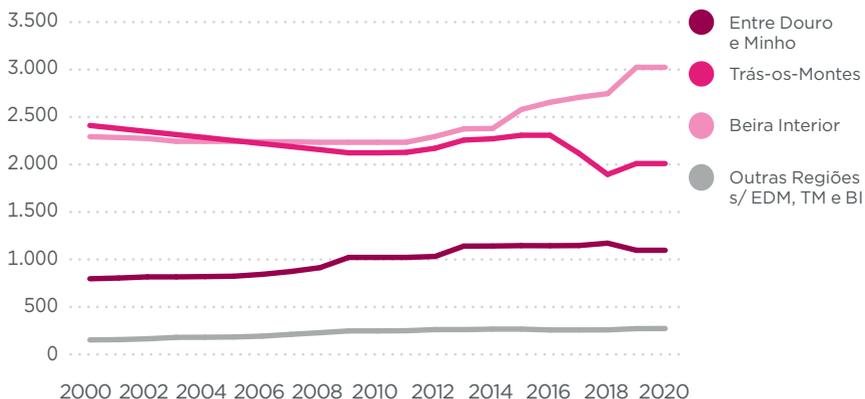
A Beira Interior, atualmente a região com maior peso na produção de cereja (47% da área nacional), aumentou significativamente a sua área de produção, no período 2000-2020, com um crescimento de 32%. Este incremento de produção deu-se, principalmente, a partir de 2012, ano a partir do qual aumentou cerca de 800 ha.

Por outro lado, Trás-os-Montes, a segunda região mais importante, chegando a ser a mais relevante no início do período, observou uma tendência inversa, com um decréscimo de 17% ao longo do período, o qual se verificou, principalmente, nos últimos quatro anos.



Entre Douro e Minho, a terceira e última região com alguma importância (17% da área nacional), tem vindo a aumentar gradualmente ao longo do período, com um crescimento de 38%, desde 2000.

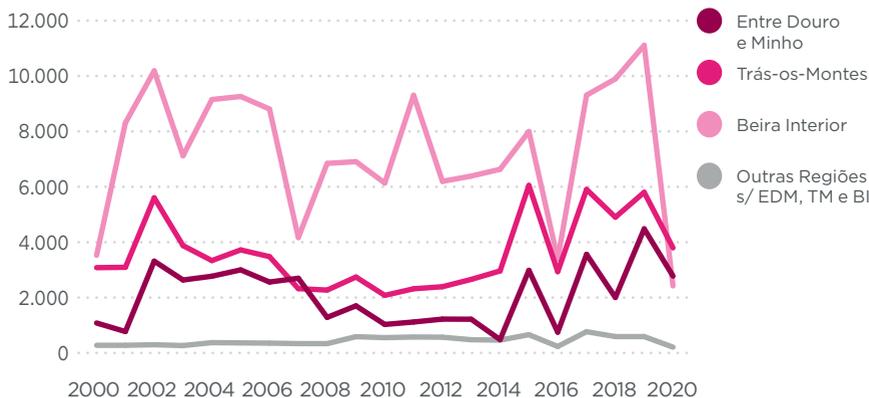
Evolução da área de cereja em Portugal (ha)



Quanto à produção, tal como se tem verificado com os restantes frutos frescos, observa-se uma clara alternância anual na produção, com um ligeiro aumento geral da produção nacional, quando comparamos a média de 2000-2010 com a de 2010-2020.

A Beira Interior destaca-se em termos de produção, com valores bastante acima das restantes regiões, à exceção de alguns anos em que se aproximou destas (como em 2016) ou mesmo apresentou valores mais baixos (2020).

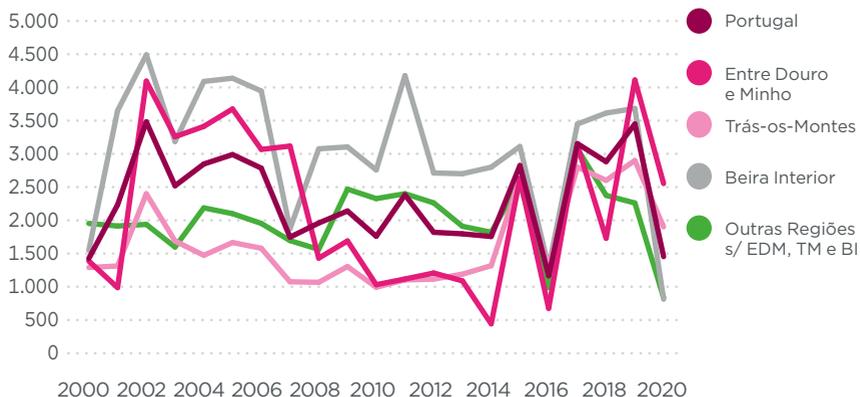
Evolução da produção de cereja em Portugal (t)



Quanto às produtividades, vemos um domínio por parte da Beira Interior, a qual foi ultrapassada em alguns anos pela região Entre Douro e Minho, que registou as produtividades mais altas do país, tendo sido, no último ano do período, a região mais produtiva.

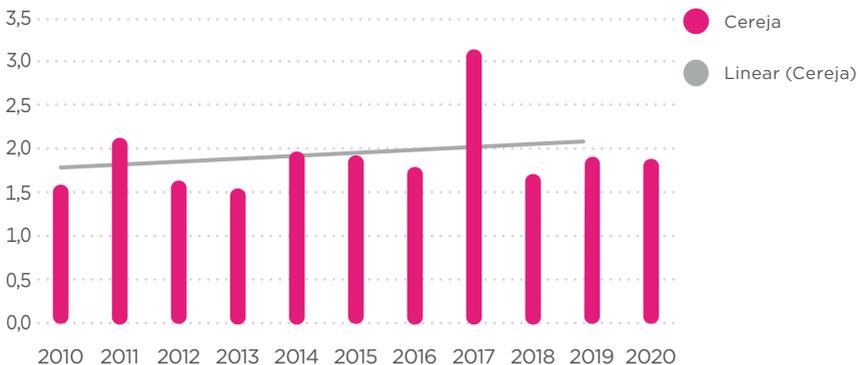
De realçar a redução da produtividade média nacional, devido, principalmente, à redução da produtividade na Beira Interior (-13%) e Entre Douro e Minho (-24%), tendo o único crescimento ocorrido em Trás-os-Montes (+31%), o que demonstra que os aumentos de produção que se têm verificado são explicados pelos aumentos das áreas.

Evolução da produtividade de cereja em Portugal (t/ha)



A cereja observou um pico de preço bastante elevado em 2017, chegando aos 3,14 €/kg. No entanto, a média da década situa-se em torno dos 1,92 €/kg. A tendência tem sido de um ligeiro crescimento.

Evolução do preço da cereja em Portugal (€/kg)



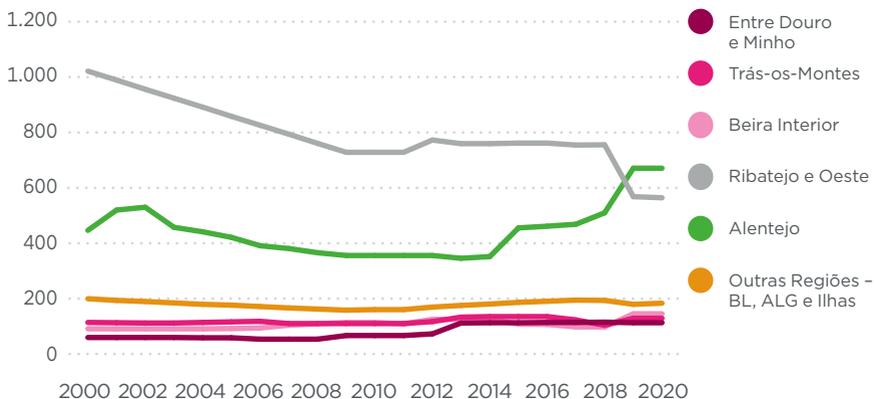
3.5. Ameixa

A ameixa, em 2020, tinha como principais regiões de produção o Alentejo, Ribatejo e Oeste, Beira Interior, Trás-os-Montes e Entre Douro e Minho, que, em conjunto, representavam 90% da área de produção e 91% do volume de produção, sendo que o Alentejo e Ribatejo e Oeste detinham 68% da área e 82,5% da produção.

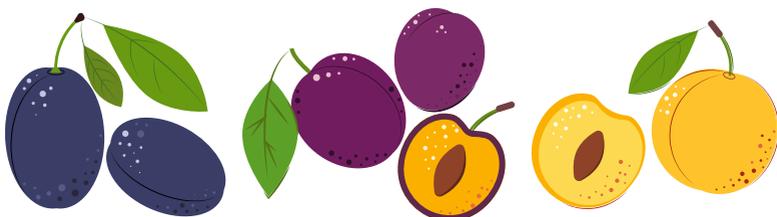
Estas duas últimas regiões observaram comportamentos diferentes relativamente à área. Enquanto o Ribatejo e Oeste passou de região mais importante para a segunda mais importante, registando um decréscimo desde 2000, de 44%, o Alentejo passou de segunda região mais importante para a mais importante, com um crescimento de 50%.

Evolução da área de ameixa em Portugal

(ha)

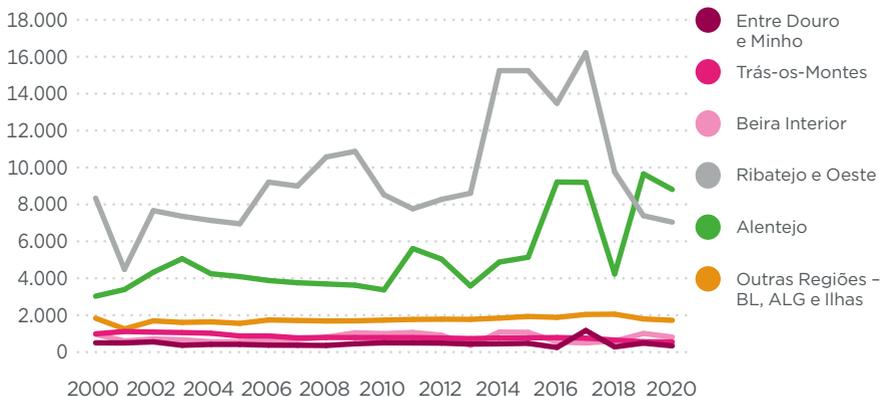


Em termos de produção, ambas as regiões registaram um aumento. No entanto, o Alentejo tornou-se a principal região produtora, apresentando também um crescimento relativo superior, algo esperado face ao aumento significativo da sua área.



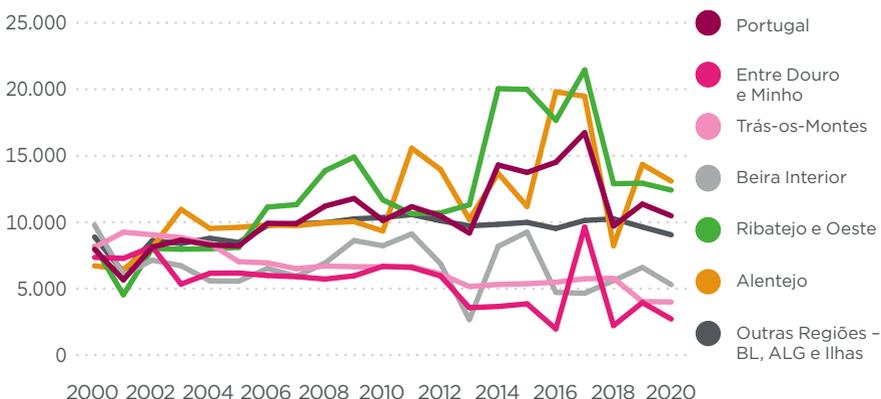
De realçar que a região do Ribatejo e Oeste, apesar de reduzir significativamente a sua área, aumentou a sua produção média, quando comparamos a média da segunda década do período com a da primeira década.

Evolução da produção de ameixa em Portugal (t)



Olhando para o gráfico da produtividade, verificamos a importância do Ribatejo e Oeste e do Alentejo, com as produtividades mais elevadas do país, dividindo o pódio da produtividade ao longo do período. De realçar o afastamento destas duas regiões da média nacional, sendo as únicas acima da produtividade do país, a qual está intimamente dependente destas.

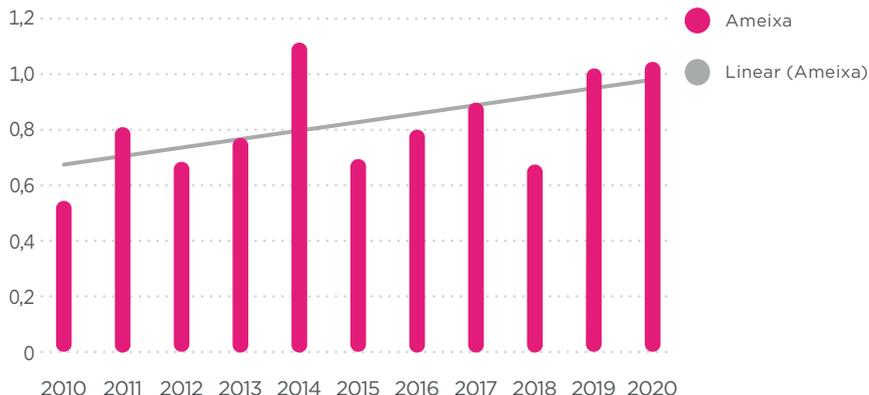
Evolução da produtividade de ameixa em Portugal (t/ha)



A ameixa observou um pico de preço em 2014, chegando aos 1,11 €/kg, tendo vindo a observar-se uma tendência acentuada de crescimento.

Evolução do preço da ameixa em Portugal

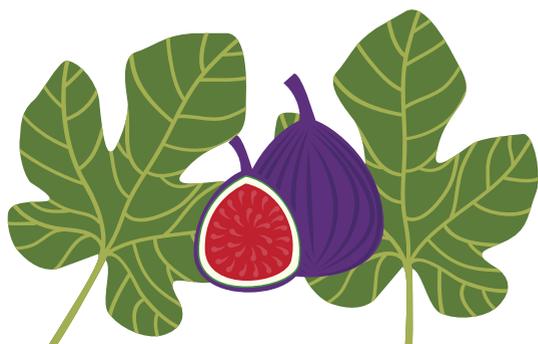
(€/kg)



3.6. Figo

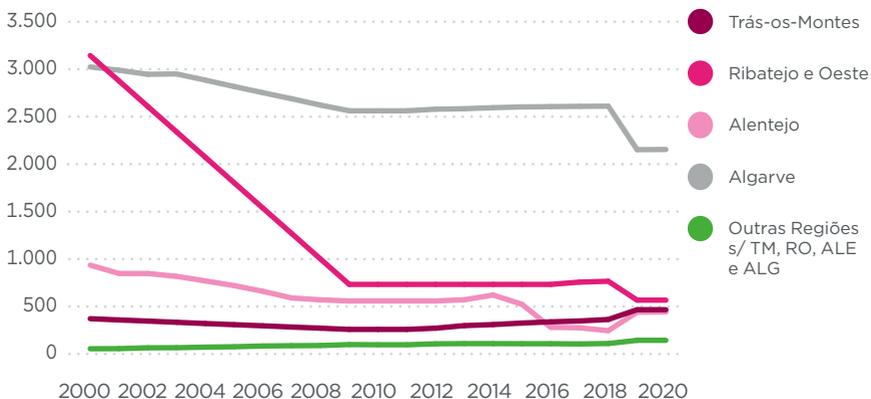
O figo, em 2020, tinha como principais regiões de produção o Algarve, Ribatejo e Oeste, Alentejo e Trás-os-Montes, que, em conjunto, representavam 96% da área de produção e 92% do volume de produção, sendo que o Algarve e Alentejo representam 69% da área e 75,5% da produção.

As áreas de produção desta cultura têm sofrido uma redução bastante significativa, tendo ocorrido um decréscimo da área nacional de 50%. Das quatro regiões mais importantes, apenas Trás-os-Montes verificou um crescimento, de 95 ha (+25%), tendo-se registado uma redução bastante acentuada no Ribatejo e Oeste, nomeadamente, 82% (-2.581 ha) e uma diminuição mais ligeira no Algarve e Alentejo, com -29% (-871 ha) e 52% (-494 ha), respetivamente.



Evolução da área de figo em Portugal

(ha)

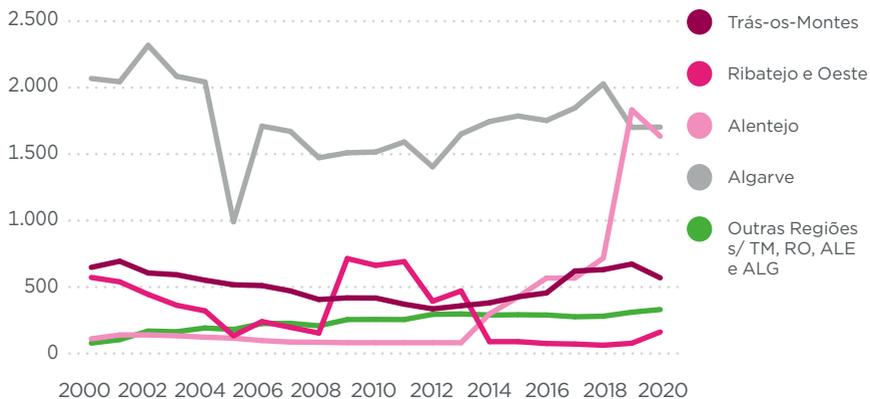


Apesar desta redução de área, verificou-se no período em análise um aumento de 10% da produção nacional. O Algarve e Ribatejo e Oeste, as regiões de maior importância na produção de figos em Portugal no início do período 2000-2020, observaram uma ligeira redução da sua produção, comparando a média da segunda década do período com a média da primeira década, quando comparado com a redução da área de produção.

De realçar o sucedido no Alentejo e Trás-os-Montes, em que o volume de produção verificou comportamentos opostos à área de produção: um aumento significativo da produção no Alentejo e uma redução em Trás-os-Montes.

Evolução da produção de figo em Portugal

(t)

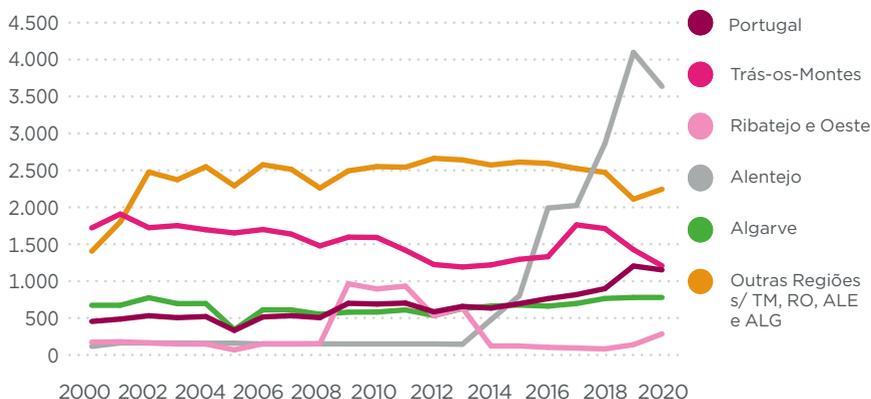


O gráfico da produtividade demonstra a razão pela qual se verificou um crescimento da produção de figos, apesar da redução muito significativa de área, uma vez que a grande perda se verificou na região de produtividade muito baixa, o Ribatejo e Oeste. Além disso, verificou-se um aumento substancial da produtividade nas restantes regiões, com alguma importância na cultura, comparando as médias das duas décadas do período, significando mais 54% de produtividade entre 2000-2020.

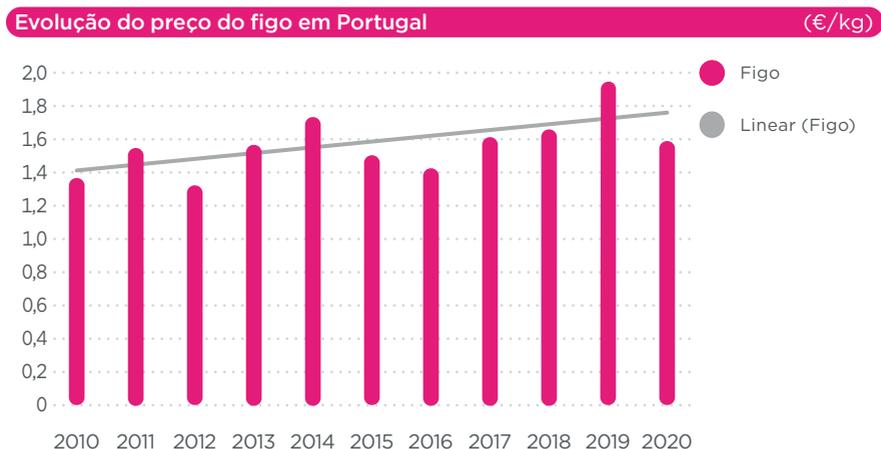
No Alentejo, o aumento de produtividade foi muito substancial, passando a ser a região mais importante em termos de produção, apesar de ter apenas 11% da área, o que demonstra a profissionalização e intensificação deste setor.

Evolução da produtividade de figo em Portugal

(t/ha)



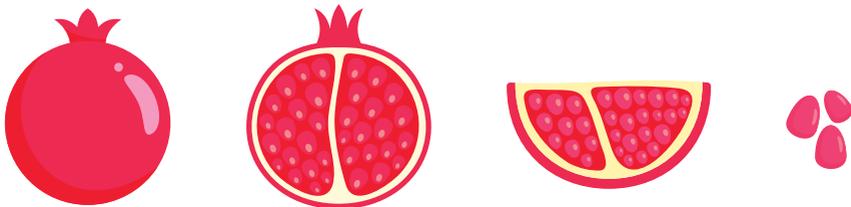
O figo observou um pico de preço bastante elevado em 2019, atingindo o valor de 1,94 €/kg, tendo observado, tal como nos anos anteriormente analisados, uma tendência de crescimento.



3.7. Romã

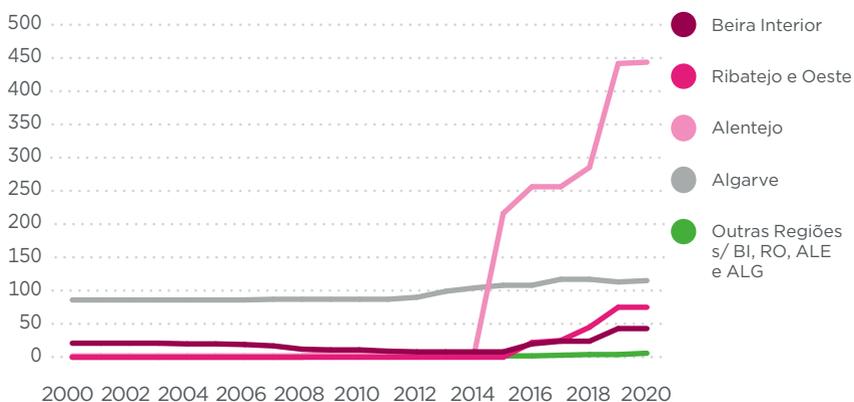
A romã tinha como principais regiões de produção o Alentejo, Algarve, Ribatejo e Oeste e Beira Interior, que, em conjunto, representavam 99% da área de produção e 99,7% do volume de produção, sendo que o Alentejo e Algarve detinham 98% da produção e 82% da área.

Trata-se de uma cultura recente em algumas regiões do país. Em 2000, existiam 109 ha de romã, concentrados no Algarve e Beira Interior, tendo em 2020 passado a 682 ha, com 65% no Alentejo, 17% no Algarve e 11% no Ribatejo e Oeste. O pico do crescimento ocorreu em 2014 e 2018, principalmente na região do Alentejo.



Evolução da área de romã em Portugal

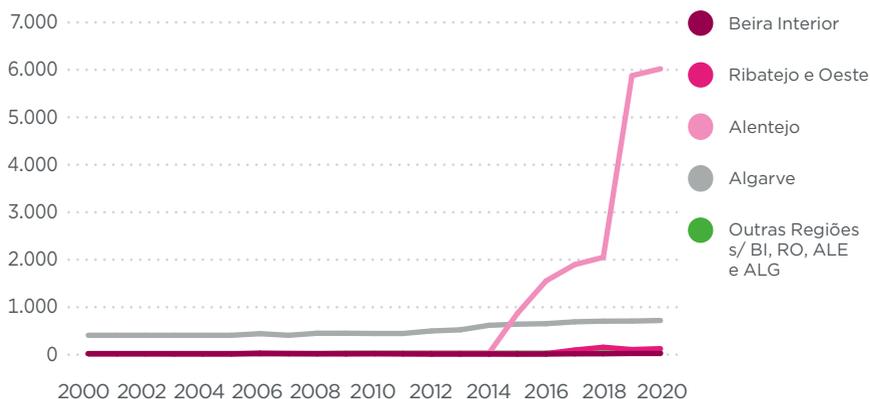
(ha)



Em termos de produção, em consequência do que mencionámos acima, houve um aumento muito significativo, passando de cerca de 400 t/ano para cerca de 7.000 t/ano. Este crescimento deve-se às regiões do Alentejo e Algarve, que contribuem com 88% e 10%, respetivamente, desta quantidade.

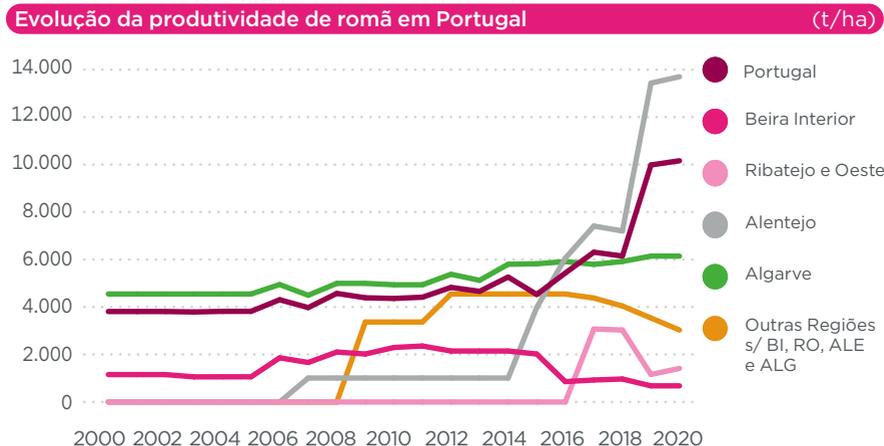
Evolução da produção de romã em Portugal

(t)

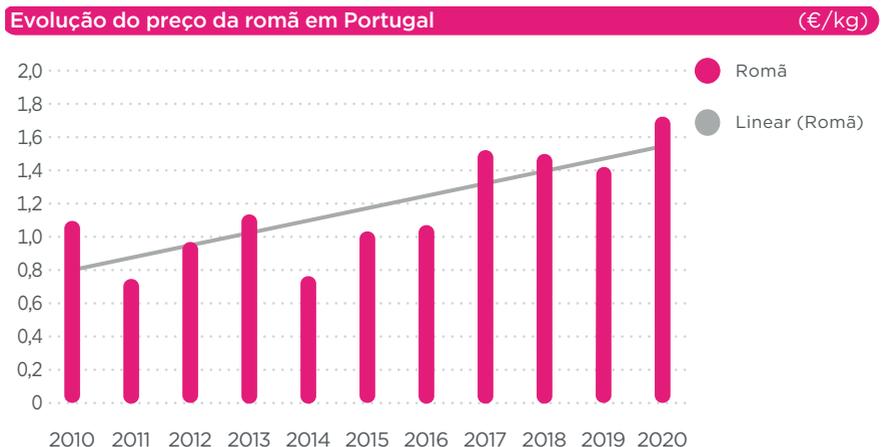


No que às produtividades diz respeito, tal como seria de esperar, observou-se um crescimento muito acentuado a nível nacional, atingindo em 2020 as 10 mil t/ha (+133% do que em 2020), devido à grande profissionalização deste setor na região do Alentejo, onde atingiu as 13,5 mil t/ha.

O Algarve também tem vindo a melhorar as suas produtividades gradualmente e menos acentuadamente.



Por fim, a romã observou um pico de preço no último ano, 1,71 €/kg, tendo vindo a seguir, desde 2010, uma tendência de crescimento muito significativo, com um aumento de 67%, comparando o triénio de 2010, 2011 e 2012 e o triénio de 2018, 2019 e 2020.



4. COMÉRCIO INTERNACIONAL

Balança comercial dos frutos frescos

10⁶ €

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Exportações	87,4	91,6	93,8	87,7	117,7	121,7	103,4	135,6	122,6	131,4	133,6
Pera	70,7	74,0	73,6	67,9	88,5	84,0	69,7	93,5	77,9	81,1	82,2
Maçã	8,7	11,4	14,1	14,9	21,8	26,8	25,5	30,2	33,6	39,7	40,8
Pêssego	2,7	1,8	1,2	1,9	2,2	3,6	1,9	4,7	6,9	3,4	2,7
Cereja	1,4	0,2	0,4	0,1	0,1	0,3	0,1	0,1	0,1	0,5	1,5
Ameixa	3,8	4,2	4,4	2,8	5,1	6,9	5,9	7,1	4,0	6,6	6,3
Figo	0,1	0,0	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,1	0,0	0,1	0,1
Romã	N.D										
Importações	146,9	128,9	103,4	148,9	105,4	110,1	158,3	155,4	151,2	113,0	133,6
Pera	12,8	12,9	9,8	14,9	9,8	10,3	16,2	16,8	17,2	10,6	12,8
Maçã	45,8	40,9	31,6	44,0	29,9	33,0	43,1	45,8	40,5	30,8	33,6
Pêssego	16,7	11,9	13,3	17,8	12,2	14,0	19,9	18,3	19,8	17,8	20,7
Cereja	6,9	4,5	2,6	5,4	9,6	4,3	11,7	5,3	6,6	6,8	11,5
Ameixa	5,7	4,7	4,5	7,2	3,7	5,0	7,8	6,2	8,9	5,1	7,7
Figo	59,0	54,0	41,6	59,4	40,2	43,6	59,6	63,0	58,2	41,8	47,3
Romã	N.D										
Saldo da balança comercial	-59,5	-37,3	-9,6	-61,2	12,3	11,6	-54,9	-19,8	-28,6	18,4	0,0
Pera	57,8	61,1	63,8	52,9	78,7	73,7	53,5	76,7	60,7	70,4	69,4
Maçã	-37,0	-29,5	-17,4	-29,1	-8,1	-6,2	-17,6	-15,6	-6,9	8,9	7,2
Pêssego	-14,0	-10,1	-12,1	-15,9	-10,0	-10,4	-17,9	-13,7	-12,9	-14,5	-18,0
Cereja	-5,5	-4,3	-2,3	-5,3	-9,5	-4,0	-11,6	-5,2	-6,4	-6,3	-10,0
Ameixa	-1,9	-0,5	-0,1	-4,4	1,4	1,9	-1,9	0,9	-5,0	1,5	-1,5
Figo	-58,9	-54,0	-41,6	-59,4	-40,1	-43,5	-59,5	-62,9	-58,2	-41,7	-47,2
Romã	N.D										

O saldo da balança comercial dos frutos frescos, na última década, tem oscilado bastante, com períodos negativos (2010-2013 e 2016-2018) e positivos (2014-2015 e 2019-2020).

No caso da pera, em termos gerais, tem-se mantido positivo desde 2010, com um excedente máximo de aproximadamente 79 milhões de euros, em 2014, tendo observado uma tendência de crescimento ao longo da década, devido, principalmente, ao aumento das exportações.

Em relação à maçã, observou-se uma melhoria muito significativa do seu saldo, tendo passado de um produto bastante dependente das importações para um produto autossuficiente, onde as exportações superam as importações. Este saldo positivo nos últimos dois anos do período é criado pelo grande aumento que as exportações de maçã registaram, tendo a média, na primeira metade do período, sido metade da verificada na segunda metade da década.

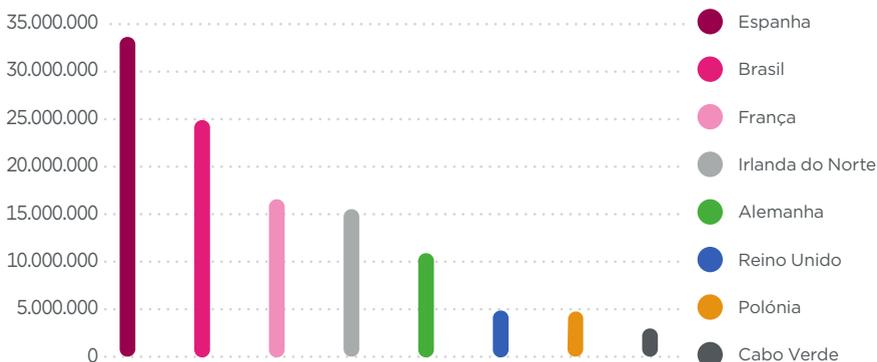
A ameixa é um produto que tem um saldo médio do período ligeiramente negativo, tendo observado saldos positivos em alguns anos, durante os quais as exportações aumentaram e as importações reduziram.

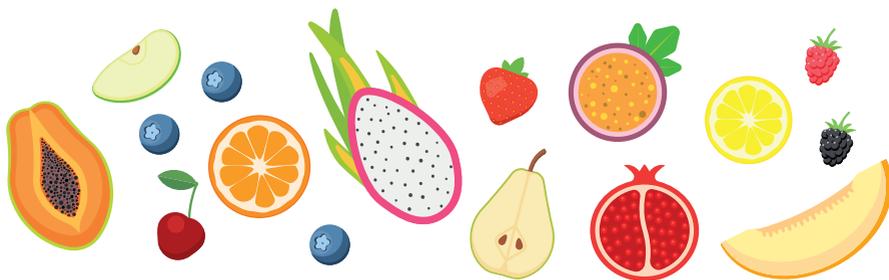
No caso do pêssigo, cereja e figo, a balança comercial foi sempre negativa durante a década 2010-2020. Estes três frutos têm vindo a aumentar o seu saldo negativo, devido ao crescimento das importações, superior ao aumento verificado nas exportações.

Olhando em particular para cada umas das culturas, podemos concluir que os anos de balança comercial positiva se devem, em grande medida, às exportações de pera, uma vez que correspondem aos anos de aumento das exportações deste produto.

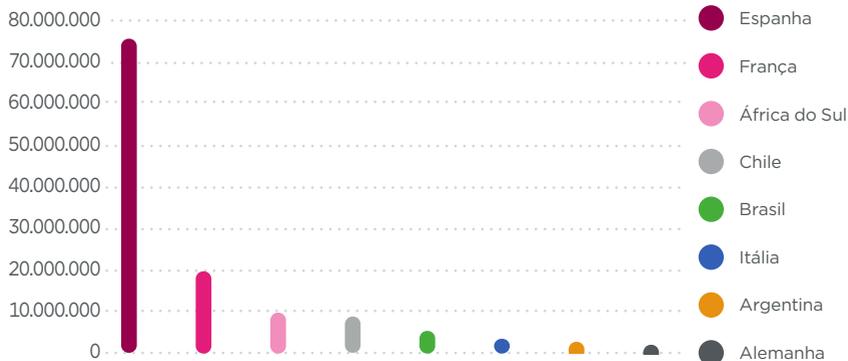
Exportações de frutos frescos para os principais países em 2020

(€)





Importações de frutos frescos dos principais países em 2020 (€)



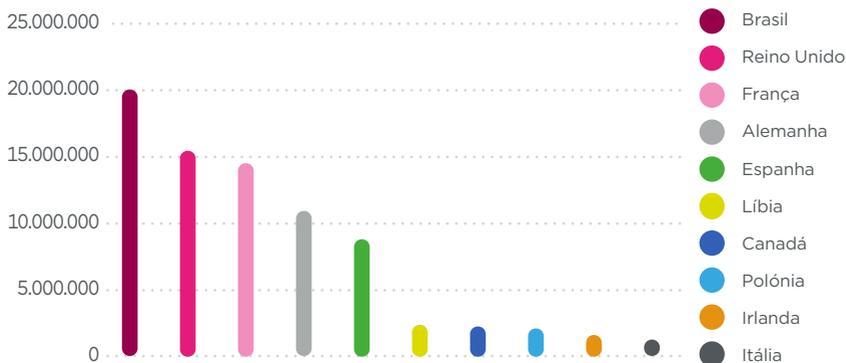
As exportações dos frutos frescos, em valor (€), tiveram, em 2020, como principais destinos a nossa vizinha Espanha (25%), o Brasil (19%), França (12%), Irlanda do Norte (12%) e Alemanha (8%), que em conjunto representam mais de 75% das mesmas. Temos ainda outros destinos com menor importância, como o Reino Unido, Polónia, Cabo Verde e Líbia, que, em 2020, significaram 12%. De realçar o reforço da importância, ao longo da última década, da Espanha (+240%) e Alemanha (+395%), que cresceram bastante as suas importações provenientes de Portugal. Os restantes países de destino observaram também aumentos nas importações, mas menores, levando a que perdessem importância, principalmente no caso do Brasil, França e Irlanda do Norte.

Quanto à origem das importações de frutos frescos, Espanha volta a liderar, com 57% das mesmas, seguindo-se França (15%), África do Sul (7%), Chile (7%) e Brasil (4%), que em conjunto significam 90% das importações. Temos ainda Itália, Argentina e Alemanha, com 6% das importações. Tal como aconteceu nas exportações, na última década, Espanha reforçou o seu mercado de Portugal (+23%), fortalecendo a sua liderança, tal como a África do Sul (+50%), Chile (+15%) e Alemanha (+294%). Os restantes países reduziram as exportações para Portugal, perdendo importância.

4.1. Pera

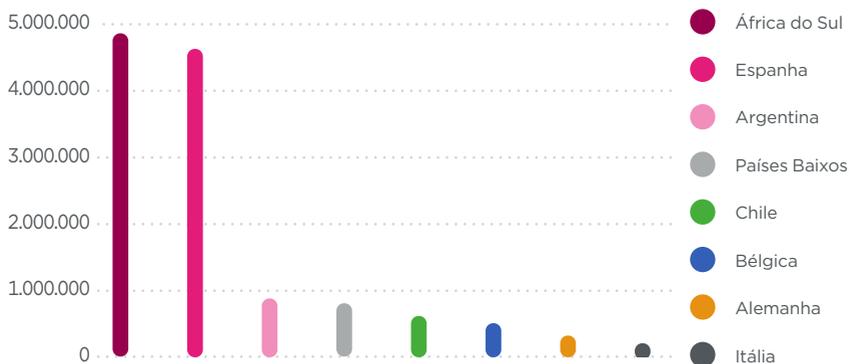
Exportações de pera para os principais países em 2020

(€)



Importações de pera para os principais países em 2020

(€)



As exportações da pera, em Portugal, que cresceram cerca de 16% entre 2010-2020, em 2020 eram realizadas, principalmente, para cinco mercados diferentes: Brasil (24%), Reino Unido (19%), França (18%), Alemanha (13%) e Espanha (11%). Estes cinco mercados representaram 85% das exportações nacionais.

Realça-se aqui o reforço de alguns mercados durante a última década, nomeadamente, a Alemanha (+390%), Espanha (+266%) e Polónia (+3%), bem como a abertura de novos mercados, dos quais se destaca a Líbia, que em 2020 representou 3% das exportações.

Existem também mercados como a França (-6%), Irlanda (-50%) e Itália (-64%) que têm vindo a reduzir o seu peso nas exportações portuguesas

e mercados como o Brasil, que, apesar de não terem reduzido os volumes importados do nosso país, reduziram o seu peso nas exportações portuguesas, visto que houve países a crescerem significativamente.

No que às importações diz respeito, as quais se mantiveram relativamente estáveis desde 2010, África do Sul e Espanha são os principais países de origem, representando 38% e 36% das importações de peras, respetivamente, em 2020. A África do Sul foi um país que, ao longo da década, reforçou o seu mercado em Portugal, com um crescimento de 75%, enquanto a Espanha verificou um decréscimo de 18% das exportações para o nosso país.

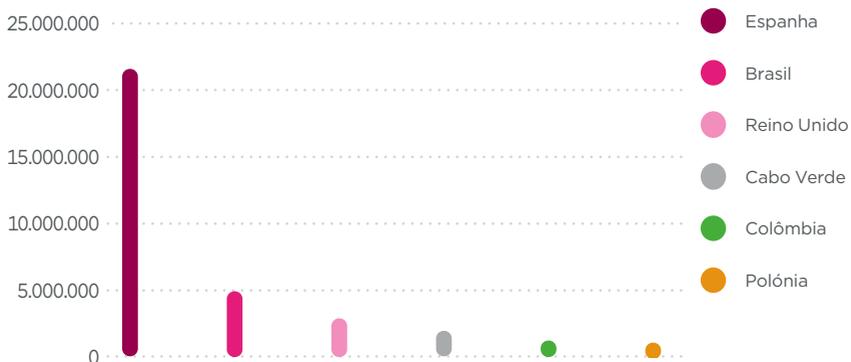
De realçar ainda outros mercados importantes nas importações portuguesas, nomeadamente, a Argentina (7%), Países Baixos (6%), Chile (5%), Bélgica (4%), Alemanha e Itália (ambas com 2%). A Argentina, em 2010, era o segundo país que mais exportava pera para Portugal, tendo observado um decréscimo das exportações de 70%. Os Países Baixos, Bélgica e Alemanha são mercados em crescimento, enquanto Chile e Itália em recuo.



4.2. Maçã

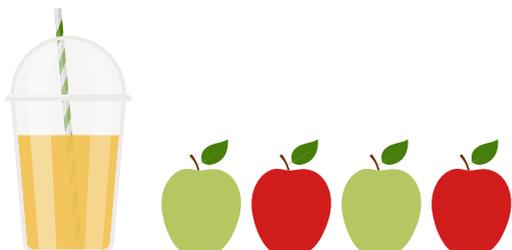
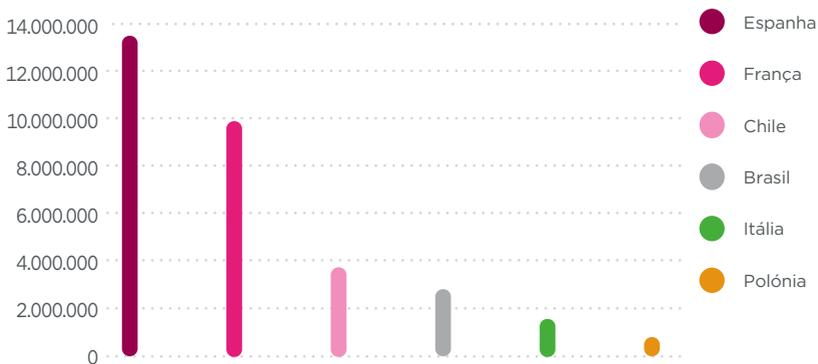
Exportações de maçã para os principais países em 2020

(€)



Importações de maçã para os principais países em 2020

(€)





As exportações de maçã, em Portugal, cresceram na última década muito significativamente, com mais 367% do volume em euros exportado. Hoje, Espanha é o principal destino, com 53% das mesmas, tendo vindo a reforçar a sua posição. Seguem-se o Brasil (12%), Reino Unido (7%) e Cabo Verde (5%), mercados que aumentaram o volume de exportação, principalmente o Brasil, que passou de cerca de 185 mil euros/ano para 5 milhões de euros/ano.

Surgiram novos mercados na última década, nomeadamente, a Colômbia e a Polónia, atingindo ambos, em 2020, 3% das exportações.

As importações, ao contrário do que aconteceu com as exportações, reduziram-se 27% no período em causa. Os principais países de origem foram, em 2020, Espanha (40%), França (29%), Chile (11%), Brasil (8%) e Itália (4%). Destes, apenas Espanha e Chile cresceram as suas exportações para Portugal, reforçando a sua importância, sendo que os restantes três reduziram bastante as suas exportações, diminuindo a sua relevância.

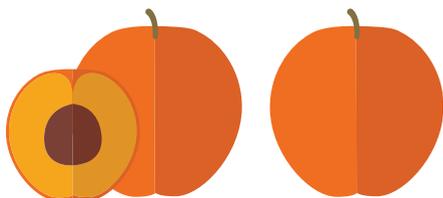
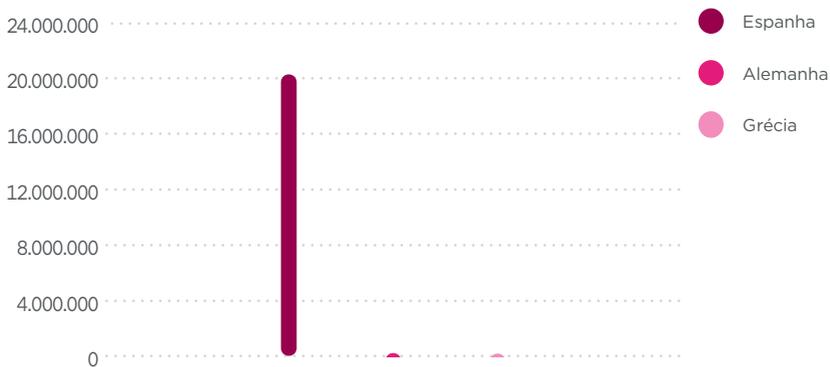
Destaque ainda para o mercado da Argentina, que exportava mais de 4 milhões de euros das importações de Portugal e hoje em dia exporta 10% desse valor.

4.3. Pêssego

Exportações de pêssego para os principais países em 2020 (€)



Importações de pêssego para os principais países em 2020 (€)





O pêsego, em Portugal, foi um dos produtos que piorou a sua balança comercial, tendo mantido praticamente constantes as suas exportações, reforçando as importações.

As exportações no ano anterior tiveram como principal destino a Polónia, com 65% das exportações, tendo crescido abruptamente desde 2010, quando representava 2% das mesmas. Espanha é o segundo mercado mais importante (14%), seguindo-se a Alemanha (6%), Hungria (6%), Cabo Verde (2%) e Luxemburgo (2%). A Espanha era, em 2010, o mercado mais importante, com 70% das exportações, mas verificou uma redução de 79% das importações de origem portuguesa.

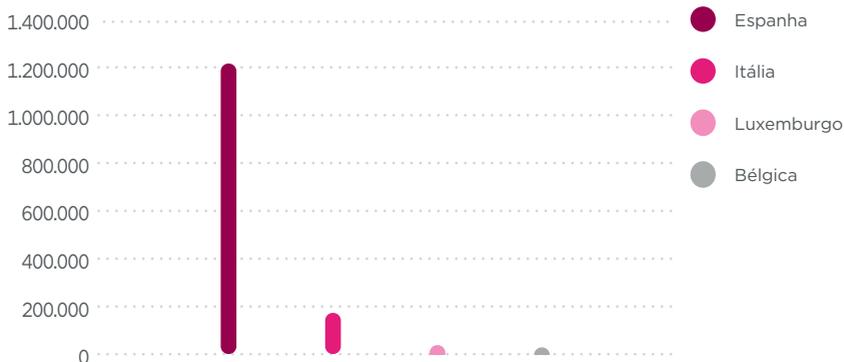
Os restantes mercados de expedição aumentaram o seu volume importado - Cabo Verde e Luxemburgo duplicaram e Alemanha e Hungria mais do que duplicaram, pois eram praticamente inexistentes e hoje em dia são responsáveis, cada um, por 6% das exportações portuguesas.

As importações aumentaram cerca de 24%, sendo quase exclusivamente provenientes de Espanha (98%), com uma pequena percentagem proveniente da Alemanha (1%). Na última década, não houve grandes alterações no que respeita às importações de pêsegos.

4.4. Cereja



Exportações de cereja para os principais países em 2020 (€)



Importações de cereja para os principais países em 2020 (€)



Quanto à cereja, em Portugal, as exportações obtiveram um crescimento de 7% na última década. Espanha e Itália foram os principais destinos das cerejas portuguesas, com 79% e 11%, respetivamente, sendo que a Espanha tem vindo a diminuir as suas importações ao nosso país (-6%), enquanto a Itália foi um mercado aberto em 2020.

Os mercados de Luxemburgo e Bélgica têm crescido bastante nos últimos anos.

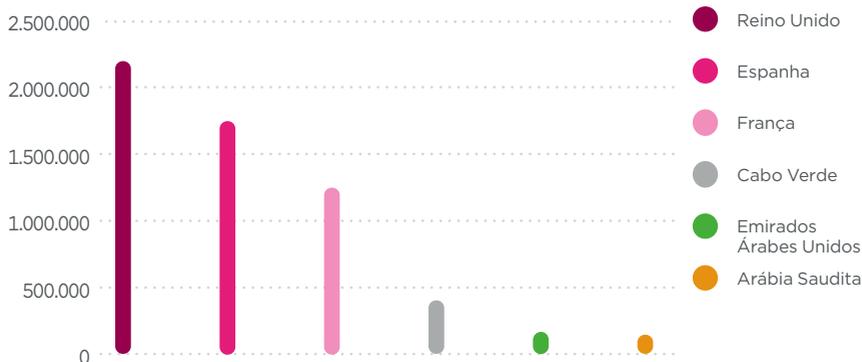
As importações verificaram um crescimento muito significativo no período em causa (67%). Espanha é o principal e praticamente o único país que exporta cerejas para Portugal, com 98% das importações, tendo inclusive crescido na última década.

4.5. Ameixa



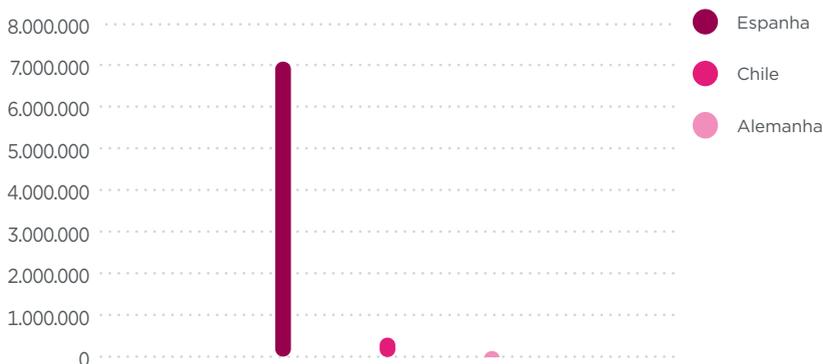
Exportações de ameixa para os principais países em 2020

(€)



Importações de ameixa para os principais países em 2020

(€)



Portugal aumentou bastante as exportações de ameixa na última década, cerca de 63%. Os principais mercados, em 2020, foram o Reino Unido (35%), Espanha (28%), França (20%) e Cabo Verde (6%). Todos estes destinos aumentaram as suas importações de origem portuguesa, com destaque para Espanha e França, que verificaram um crescimento muito significativo, tendo inclusive reforçado o seu peso nas exportações do nosso país.

No que respeita às importações, que também aumentaram (+36%), temos como principal fonte a Espanha, com 91%, tendo este país reforçado o seu peso na última década.

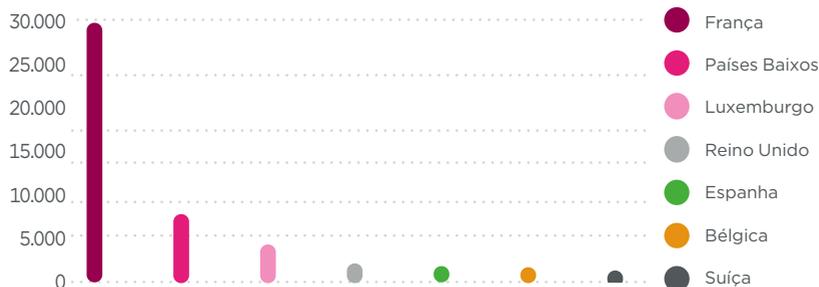
O Chile, do qual são provenientes 6% das nossas importações de ameixa, também reforçou o seu volume.

4.6. Figo



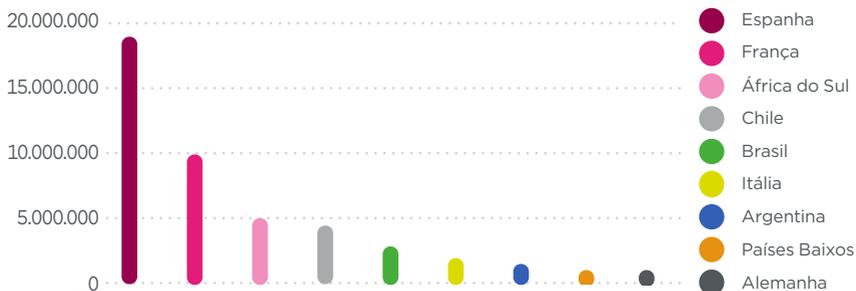
Exportações de figo para os principais países em 2020

(€)



Importações de figo para os principais países em 2020

(€)



As exportações de figo, em Portugal, reduziram bastante (-17%) na última década. Em 2020, França era o principal país de destino dos figos portugueses, com 59% do mercado, apesar de ter reduzido bastante o volume, que chegou a significar, durante a última década, 93% das nossas exportações.

Surgiram novos mercados ao longo do período, nomeadamente, os Países Baixos, Luxemburgo e Reino Unido, com 15%, 9% e 5% das exportações, respetivamente.

Sobre as importações, estas diminuíram 20%, sendo a Espanha o principal país de origem, com 40%, seguindo-se França (21%), África do Sul (10%), Chile (9%), Brasil (6%) e Itália (4%). Espanha, África do Sul e Chile aumentaram as suas exportações para Portugal, tendo reforçado bastante a sua importância nas nossas importações, enquanto França, Brasil e Itália reduziram o seu peso, devido à redução das suas exportações.

5. PRODUÇÃO DE FRUTOS FRESCOS NO MUNDO



A China foi, segundo a Organização para a Alimentação e Agricultura (FAO), a maior produtora de pera em 2019, tanto em termos de área (41%) como de volume de produção (42%). Seguiram-se Índia e Itália em termos de área, com 1,8% e 1,2%, respetivamente, e os EUA e Argentina em termos de volume de produção, com 1,6% e 1,5%, respetivamente.

Relativamente à maçã, a China voltava a destacar-se com 30% da área mundial e 33% da produção mundial. A Índia (4,6%) e Rússia (3,1%) seguiram-se em segunda e terceira posição em termos de área, respetivamente, enquanto em termos de produção tínhamos a Turquia (2,8%) e a Polónia (2,4%).

No caso do pêssigo, onde é também incluída a nectarina, a China distancia-se em relação aos restantes países produtores, com 36% da área e 38% da produção. Neste tipo de fruto fresco, a Espanha e Itália seguiam-se como segundo e terceiro produtor, tanto em termos de área (3,3% e 2,6%, respetivamente) como em volume de produção (3,7% e 2,9%, respetivamente).

Quanto à cereja, a Turquia domina a sua produção, tanto em área (18%), como em volume (25%), seguindo-se o Chile e os EUA em termos de área, com 9% e 8%, respetivamente, e de volume de produção, com 9% e 12%, respetivamente. De realçar que esta cultura tem outros países com bastante importância, nomeadamente, o Irão, Espanha, Itália, Grécia ou Síria, por exemplo.

No que respeita à ameixa, que inclui o abrunho, a China volta a distanciar-se na sua produção, com 44% da área e 36% do volume de produção, seguindo-se a Sérvia e a Roménia, tanto em termos de área, com 1,5% e 1,4%, respetivamente, como de volume de produção, com 2,9% e 3,5%, respetivamente.

Por fim, no caso do figo, Marrocos e Turquia dominam em termos de área, com 22% e 18%, respetivamente, seguindo-se a Argélia, com 14%. Em termos de produção, Marrocos não é tão eficiente, com 11,5% da produção, sendo a Turquia quem domina, com 23%, e o Egito surge em segundo, antes de Marrocos, com 17%. Aqui, tal como acontece com a cereja, existem outros países com bastante importância na produção de figos, nomeadamente, o Irão, Tunísia, Espanha, Síria e Índia.



6. OUTLOOK

A produção de frutos frescos em Portugal tende a manter-se ao longo dos próximos anos e a aumentar a nível europeu, devido à instalação de novos pomares em países da Europa Central.

O consumo de frutos frescos deverá continuar a aumentar de forma sustentada, em função da continuidade da maior introdução nas dietas da generalidade dos países.

Em termos de comércio internacional, os volumes de importação e exportação deverão manter-se mais ou menos constantes.

Tanto em termos nacionais como europeus, as maiores preocupações

na produção de frutos frescos estão associadas à grande turbulência no mercado dos fatores de produção, com particular destaque para os preços da energia e dos fertilizantes. Esta instabilidade poderá vir a ter impactos significativos no funcionamento dos mercados ao longo de 2022, com uma natural subida dos níveis médios dos preços de escoamento.

Rating atual c/perspetiva de evolução moderada



Perspetiva global de investimento válida até nova atualização.



Opinião

FRUTAS, LEGUMES E FLORES:

UM SETOR RESILIENTE E INOVADOR

O percurso das empresas produtoras de Frutas, Legumes e Flores (FLF) nos últimos dez anos tem sido assinalável, com resultados alcançados no plano das exportações que nos deixam otimistas quanto ao futuro.

Na última década, o valor das vendas internacionais duplicou, crescendo de 780 milhões de euros, em 2010, para 1.683 milhões de euros, em 2020. As empresas

exportam, hoje, mais de metade do valor da produção.

A promoção internacional regressou finalmente em 2021, com a participação física das empresas associadas da Portugal Fresh em eventos internacionais, estratégia que tem sido fundamental para o crescimento do negócio e, sobretudo, para o reconhecimento da qualidade dos nossos produtos e das nossas empresas.



O setor nacional das FLF pratica hoje uma agricultura moderna, de precisão, altamente tecnológica e com um equilíbrio adequado entre a sustentabilidade ambiental, social e económica. O grande desafio que concentra, atualmente, todas as energias das empresas é produzir mais, utilizando menos recursos, preservando o ambiente e a biodiversidade, sem esquecer a visão de mercado e assegurando a viabilidade económica dos investimentos.

Até 2030 estimamos atingir 2.500 milhões de euros de exportações, o que significa um aumento de mais de 48% numa década. Mas para atingirmos esta meta será necessário mais do que investimento por parte das empresas. É essencial uma estratégia nacional para o regadio, pois só podemos ser competitivos se tivermos acesso a água. Se não renovarmos e modernizarmos os perímetros de rega existentes e criarmos novos, os países na latitude sul da Europa irão aproveitar a nossa falta de estratégia para o regadio.

A oportunidade de crescimento existe. Só precisamos de iniciativas de âmbito político que acompanhem o dinamismo e a inovação do setor agroalimentar. Sobretudo, numa altura em que enfrentamos recordes nos custos da energia, combustíveis, transportes, escassez de mão-de-obra e subida de salários. A valorização dos alimentos vai ter de crescer em toda a cadeia agroalimentar.



Gonçalo Santos Andrade
Presidente da Portugal Fresh



FRUTAS E LEGUMES: O FUTURO

A agricultura em Portugal tem tido um desempenho económico, social e ambiental digno de registo. Atualmente, a maioria das fileiras do setor agrícola são eficientes e competitivas e a fileira hortofrutícola não é exceção.

A fileira hortofrutícola é das que mais tem crescido e isso deve-se a um conjunto de fatores que influenciaram positivamente esse crescimento, nomeadamente, a iniciativa e arrojo dos agricultores, dos empresários agrícolas e das organizações de produtores, os diversos quadros comunitários de apoio (PAC), quando bem desempenhados e estruturados para apoiarem o investimento produtivo, o aumento do consumo de frutas e hortícolas e a banca, que nos últimos tempos tem olhado para a agricultura com outros olhos, reconhecendo-lhe um potencial para investir e apoiar.

Apesar deste crescimento na produção de alimentos saudáveis e de qualidade, alinhado com as

tendências dos consumidores em consumir este tipo de produtos, salientando ainda que 2021 foi decretado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como o ano internacional das frutas e legumes, as ameaças são muitas e de diferente ordem.

As frutas e hortícolas produzidos em Portugal e na UE estão sujeitas a um conjunto de regras e procedimentos em todos os pontos da cadeia produtiva, de modo a disponibilizá-los aos consumidores, garantindo a segurança alimentar e produzindo com respeito pelo ambiente e com responsabilidade social.

Em contrapartida, os produtores europeus sofrem a concorrência de frutas e legumes produzidos noutras geografias em que nenhum dos princípios anteriormente descrito é prioridade, provocando uma concorrência desleal e confundindo os consumidores.

É fundamental a UE estar atenta a esta ameaça e esclarecer os

consumidores sobre os diferentes modos de produção dentro e fora da UE.

Outro fator muito relevante para esta fileira continuar neste trajeto é a PAC. Os quadros comunitários de apoio têm promovido um aumento da produtividade e da eficiência e é isso que pretendemos que continue a acontecer. Devem ser ferramentas de apoio aos agricultores que queiram produzir mais, com mais tecnologia, mais eficiência e menor impacto ambiental. Não podem ser ferramentas políticas ou utilizados para agradar a pequenos grupos radicalistas ideológicos.

Produzir alimentos não é só uma atividade económica, é caminhar para garantir a erradicação da fome no mundo. Está previsto nas próximas décadas haver um significativo aumento da população mundial, o que nos traz grandes desafios a toda a humanidade – é necessário produzir mais alimentos.

A fileira hortofrutícola está preparada para dar resposta a este desafio. Somos uma fileira onde já incorporamos muita tecnologia e continuamos a incorporar novas soluções tecnológicas. Somos muito eficientes na utilização dos recursos, solo, água, etc. Os nossos campos e as nossas centrais de armazenamento e embalagem de frutas e legumes estão servidos com um elevado número de colaboradores, formados em

diversas áreas, capazes de dar resposta aos problemas agrónómicos, de acordo com a legislação em vigor. Estamos preparados para produzir mais com menos.

Quando um consumidor come fruta, uma salada ou uma sopa, está a desfrutar de um alimento de alta qualidade, em que estiveram envolvidas muitas pessoas nas diversas fases da cadeia produtiva, pessoas essas que têm a mesma preocupação que qualquer outro consumidor tem – querem consumir alimentos seguros, que garantam o futuro do planeta e que as pessoas sejam tratadas com respeito.

Em resumo, os consumidores e os agricultores devem estar do mesmo lado da equação, pois todos pretendemos o melhor para a humanidade. O futuro é construído com sensatez, não substituindo a ciência por ideias pré-concebidas sem fundamento prático, nem rigor científico, **porque a agricultura não pode parar.**



Domingos dos Santos

Presidente do Conselho de Administração da FrutOeste (Cooperativa Agrícola)

A SOLUÇÃO PARA A AQUISIÇÃO DOS SEUS EQUIPAMENTOS

AGRO LEASING



AGRO LEASING

O Leasing é uma solução de financiamento a médio e longo prazo para aquisição de todo o tipo de equipamentos e maquinaria agrícola. Consiste num contrato que permite ao Cliente usufruir de um bem, mediante o pagamento de uma renda, por determinado período, dispondo da opção de compra no final do contrato pelo valor residual (estipulado no início do contrato).

VANTAGENS:

- **Rendas atrativas**, sem imposto de selo sobre a abertura de crédito e sobre os juros
- **Flexibilidade nas condições de financiamento**, com prazo, entrada inicial e valor residual ajustados às necessidades do Cliente
- **Valor Residual** permite postecipar o pagamento de uma parte do valor financiado para o final do contrato
- Possibilidade de efetuar **cessão de posição contratual** no decorrer do contrato, mediante acordo do Banco

FISCALIDADE E TRATAMENTO CONTABILÍSTICO:

- **Dedução dos encargos financeiros** (juros) incluídos nas rendas
- **Dedução das amortizações dos bens** em locação financeira (até aos limites legalmente estabelecidos)
- **Dedução do IVA** incluído nas rendas

PRAZO:

- De **12 a 84 meses**
- Análise casuística para prazos superiores, em função da vida útil do bem

ENTRADA INICIAL E VALOR RESIDUAL:

- **Entrada inicial variável**, em função do risco da operação
- **Valor Residual**: percentagem que incide sobre o montante global da operação e que representa o valor pelo qual o Locatário (Cliente) pode tornar-se proprietário do bem, no final do prazo, se essa for a sua intenção (mínimo de 1€ a 2% do P.V.P.)

RENDAS:

- **Periodicidade**: mensal ou trimestral
- **Plano de rendas sazonal** (negociável de acordo com o ciclo de produção da exploração agrícola)

GARANTIAS:

- Definidas aquando da análise de risco de crédito

REFLEXÕES SOBRE O PLANO ESTRATÉGICO DA PAC PARA A AGRICULTURA PORTUGUESA

Terminou a 6 de dezembro a segunda e última audição pública sobre o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC) para a agricultura portuguesa, que terá de ser entregue à Comissão Europeia até ao final do ano. Em alternativa a fazer um **resumo do conjunto de documentos** que o integram, que outros já disponibilizaram, pareceu-me mais útil proceder a algumas reflexões sobre a resposta que se procura dar neste Plano Estratégico a alguns dos principais desafios futuros, a saber:

- Como assegurar uma maior equidade, entre produtores e regiões, dos apoios diretos ao rendimento;
- Como contribuir para uma maior resiliência daqueles sistemas de produção que, tendo sofrido um impacto bastante negativo durante a pandemia, irão ser mais diretamente afetados pelas medidas que irão ser utilizadas para assegurar uma maior equidade dos apoios ao rendimento;

- Como viabilizar economicamente aqueles sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestais que, não tendo condições para serem competitivos, poderão desempenhar funções relevantes no âmbito do clima, ambiente e territórios rurais;
- Como promover a competitividade económica daqueles sistemas de produção que poderão vir a ser competitivos no contexto dos mercados cada vez mais alargados e concorrenciais e sujeitos a uma procura crescentemente mais exigente do ponto de vista da saúde humana e da do planeta.
- Um processo de convergência total dos Pagamentos Base (PB) do qual irá resultar o estabelecimento de um valor uniforme (“flat rate”) em 2026, igual para todos os hectares beneficiados por este tipo de pagamento;
- Um aumento da superfície elegível por parte dos atuais beneficiários, como também a inclusão de novos beneficiários a quem atualmente não estão atribuídos direitos de PB;
- Um reforço das verbas atribuídas ao Pagamento Redistributivo (PR) e a sua atribuição prioritária às explorações agrícolas de menor dimensão;

Para assegurar uma maior equidade na repartição dos apoios aos rendimentos dos produtores, o PEPAC propõe um conjunto de medidas que constitui um corte significativo com o passado, optando por:

- Um aumento dos valores atribuídos às pequenas explorações agrícolas que venham a optar pelo Regime de Pequena Agricultura (RPA).



Deste conjunto de medidas irá resultar uma quebra muito significativa nos valores unitários dos PB, atualmente atribuídos às explorações agrícolas cuja orientação produtiva dominante seja o milho, o arroz, o tomate para indústria, o leite e os bovinos de carne intensivos, cujos PB por hectare eram, por razões históricas, muito mais elevados do que a média nacional. Por seu lado, as medidas propostas irão discriminar positivamente aquelas explorações, assim como as de menor dimensão, as que beneficiem de PB com valores abaixo da média ou as que nem sequer eram beneficiadas por outros tipos de apoios ao rendimento.

No que diz respeito à contribuição para uma maior resiliência daqueles produtores que, tendo uma contribuição decisiva para a economia do setor agrícola português e tendo sofrido fortes impactos negativos com a crise pandémica, irão ser mais fortemente penalizados pelo processo de convergência interna total proposto, o PEPAC prevê:

- Um reforço dos valores unitários e das verbas atribuídas aos pagamentos ligados à produção do arroz, do tomate para indústria e das vacas leiteiras;
- A inclusão no futuro sistema de pagamentos ligados à produção

de apoios aos cereais de outono/inverno e aos milhos grão e forragem.

Pretende-se, desta forma, compensar parcialmente as quebras nos valores unitários dos PB das explorações agrícolas que desempenhem um papel decisivo, quer do ponto de vista do abastecimento do mercado interno (arroz, cereais e leite), quer das exportações (tomate para indústria).

No que se refere à viabilização económica dos sistemas de ocupação e uso dos solos agrícola e florestais que possam vir a desempenhar funções relevantes relacionadas com o clima, o ambiente e os territórios rurais, o PEPAC adotou um conjunto de medidas, no contexto da chamada Arquitetura Verde, que integra os Regimes Ecológicos e os Compromissos Agroambientais e Clima, baseados na adoção de práticas agrícolas e agroflorestais orientadas, prioritariamente, para:

- A expansão dos modos de produção biológico e de produção integrada;
- Um uso mais eficiente e sustentável dos fatores de produção agrícola;
- Uma gestão sustentável do solo e dos recursos hídricos;

- Uma promoção da biodiversidade e das paisagens agrícolas;
- Uma ocupação do território capaz de contribuir, quer para uma melhor prevenção dos incêndios rurais, quer da sua coesão económica e social.

Trata-se, portanto, de uma aposta clara num conjunto de intervenções orientadas para o combate às alterações climáticas, a gestão sustentável dos recursos naturais e o restauro da biodiversidade e das paisagens agrícolas, baseadas num processo de transição para um modelo tecnológico agrícola de intensificação sustentável, através da expansão dos modos de produção biológica, de conservação e de precisão, assim como dos sistemas agroflorestais baseados em prados naturais e semeados melhoradores.

Por último, a promoção de ganhos de produtividade económica irá ser incentivada, no âmbito do PEPAC e do PRR, pelos apoios aos investimentos nas explorações agrícolas e nas empresas agroindustriais e pelas Redes de Inovação criadas pela Agenda para a Inovação para a Agricultura Portuguesa e potenciada pelo reforço:

- Das Organizações de Produtores (OP) agrícolas e da sua posição no contexto das respetivas cadeias alimentares;
- Do sistema de gestão de risco e de estabilização dos rendimentos dos produtores agrícolas;
- Da fileira de investigação, experimentação e divulgação produtiva e tecnológica.

Posso, assim, concluir que o PEPAC constitui uma contribuição positiva para resolução de um conjunto significativo de desafios a enfrentar pela agricultura portuguesa, na próxima década, cuja concretização irá, no entanto, depender da forma como vierem a ser operacionalizadas as medidas propostas.



Francisco Avillez

Coordenador Científico da AGRO.GES

Notícias

MILLENNIUM BCP

NO LISBON AGRI CONFERENCES

Nos dias 29 e 30 de novembro de 2021, realizou-se no Centro de Congressos de Lisboa (CCL) a 1ª edição do Lisbon Agri Conferences.

O objetivo a que Organização se propôs, o qual foi conseguido, foi juntar *stakeholders* de toda a cadeia agroalimentar para refletir a temática do *agribusiness* de uma forma global e de futuro, tendo especial foco a importância do setor, a sustentabilidade, as alterações climáticas, os desafios e as oportunidades, sempre através de reconhecidos *speakers* nacionais e internacionais. Não pretendeu ser um evento técnico nem comercial, mas sim didático e de reflexão e onde estiveram representadas não só as principais empresas do agronegócio, mas também empresas/instituições que estão envolvidos com o setor (entidades financeiras,

governamentais, investigação, ensino, etc.).

O lema do evento foi “desenvolver o conhecimento” e isto refletiu-se não só para dentro do setor, mas também para fora e para a comunidade em geral. Assim, e através da parceria com o jornal Expresso, a totalidade do evento foi passado em *live streaming*, o que permitiu juntar mais 6.000 pessoas *online* durante todas as sessões aos 500 convidados presenciais que assistiram ao evento no CCL. Acrescentamos que os diferentes módulos da Conferência já obtiveram mais de 20.000 visualizações.

Sendo o Millennium bcp um Banco de referência no setor agroindustrial, foi um privilégio para a Organização ter contado com o seu apoio para a concretização desta 1ª edição.





A 2ª edição do Lisbon Agri Conferences realizar-se-á também em Lisboa, de 22 a 24 de novembro de 2023, por dois motivos fundamentais: trazer e aproximar o “campo à cidade”, desenvolvendo o conhecimento, e a sua centralidade permite, cada vez mais, a internacionalização do Lisbon Agri Conferences.



António Corrêa Nunes
Organização da Lisbon
Agri Conferences



A informação contida nesta *newsletter* tem caráter meramente informativo e particular, sendo divulgada aos seus destinatários como mera ferramenta auxiliar, não devendo nem podendo desencadear ou justificar qualquer ação ou omissão, nem sustentar qualquer operação, nem ainda substituir qualquer julgamento próprio dos seus destinatários, sendo estes, por isso, inteiramente responsáveis pelos atos e omissões que pratiquem. Assim e apesar de considerar que o conjunto de informações contidas nesta *newsletter* foi obtido junto de fontes consideradas fiáveis, nada obsta que aquelas possam, a qualquer momento e sem aviso prévio, ser alteradas pelo Banco Comercial Português, S.A. ("Millennium bcp"). As perspetivas e tendências indicadas nesta *newsletter* correspondem a declarações relativas ao futuro baseadas numa multiplicidade de pressupostos e, como tal, envolvem riscos, incertezas e outros fatores que poderão determinar que os resultados efetivos, desempenho ou a concretização de objetivos ou resultados do setor sejam substancialmente diferentes daqueles que resultam expressa ou tacitamente desta *newsletter*. Por conseguinte, não pode, nem deve, pois, o Millennium bcp garantir a exatidão, veracidade, validade e atualidade do conteúdo informativo que compõe esta *newsletter*, pelo que a mesma deverá ser sempre devidamente analisada, avaliada e atestada pelos respetivos destinatários. Neste sentido, o Millennium bcp não assume a responsabilidade por quaisquer eventuais danos ou prejuízos resultantes, direta ou indiretamente, da utilização da informação referida nesta *newsletter*, independentemente da forma ou natureza que possam vir a revestir. A reprodução desta *newsletter* não é permitida sem autorização prévia.



91 850 45 04
93 050 45 04
96 150 41 26
+351 21 004 24 24

Disponível todos os dias das 8h às 22h, hora de Portugal Continental.

O custo das comunicações depende do tarifário que tiver acordado com o seu operador de telecomunicações.

www.millenniumbcp.pt

Banco Comercial Português, S.A., Sociedade Aberta, Sede na Praça D. João I, nº 28, 4000-295 Porto - Capital Social 4.725.000.000,00 euros. Número único de matrícula e de Pessoa Coletiva 501525882. Agente de Seguros registado com o nº 419527602, junto da Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões - Data da Inscrição: 21/01/2019. Autorização para mediação de seguros dos Ramos Vida e Não Vida. Informações e outros detalhes do registo podem ser verificados em www.asf.pt. O Mediador não está autorizado a celebrar contratos de seguro em nome do Segurador nem a receber prémios de seguro para serem entregues ao Segurador. O Mediador não assume a cobertura dos riscos inerentes ao contrato do seguro, que são integralmente assumidos pelo Segurador.